



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 979/2014	DATA: 13/8/2014	
LOCAL: Plenário 11 das Comissões	INÍCIO: 10h34min	TÉRMINO: 12h53min	PÁGINAS: 68

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ALUÍSIO LUNDGREN CORRÊA RÉGIS - Advogado do Deputado Luiz Argôlo.
MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Ex-contadora de Alberto Youssef, doleiro acusado de envolvimento em esquema de lavagem de dinheiro investigado pelo Departamento de Polícia Federal.

SUMÁRIO

Oitiva de testemunha.

OBSERVAÇÕES

Houve reprodução de áudio.
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.
Há orador não identificado.
A reunião foi suspensa e reaberta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Delgado) - Declaro aberta a reunião ordinária do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Tendo em vista a impossibilidade de estar presente nesta reunião o Presidente deste Conselho de Ética, Deputado Ricardo Izar, eu exercerei essa função, de acordo com o art. 40, *caput*, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, combinado com o art. 7º, § 5º, do Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Expediente

Com relação aos Processos nºs 14 e 15, de 2014 — Representações nºs 26 e 27, de 2014 —, em desfavor do Deputado Luiz Argôlo, informo o seguinte: o Deputado Marcos Rogério requereu a este Conselho que solicitasse às empresas aéreas Gol e TAM os horários de voos e os nomes dos passageiros referentes a bilhetes eletrônicos emitidos pelo gabinete do Deputado Luiz Argôlo. A empresa TAM enviou resposta ontem, dia 12 de agosto.

Foi protocolado, no dia 11 de agosto, requerimento do Deputado Marcos Rogério, Relator, solicitando oitiva da Sra. Meire Bonfim da Silva Poza para esta reunião. O Deputado Izalci também protocolou, em 11 de agosto, requerimento no sentido de convidar a Sra. Meire Poza a prestar esclarecimentos perante este colegiado.

Foram convidados, por solicitação do PSOL, partido representante, os dois sócios da empresa União-Brasil Transportes e Serviços Ltda., de Alagoinhas, Srs. Altino Ribeiro Rocha Júnior e Edmílson Ouais, nomes fornecidos pela Junta Comercial da Bahia. As correspondências retornaram, indicando mudança de endereço e número de estabelecimento inexistente.

Com relação às testemunhas arroladas pela defesa do Deputado Luiz Argôlo, foram convidados a prestar esclarecimentos, nesta data, os senhores:

1 - Leonardo Gomes Lemos, Gerente do Banco do Brasil — Agência do Anexo IV da Câmara dos Deputados. Em resposta, informou ter tomado posse como gerente na referida agência em 12 de maio de 2014, data posterior à ocorrência dos fatos relatados na representação, comunicando que não detém conhecimento para contribuir com o processo;



2 - Douglas Alberto Bento, Gerente da Caixa Econômica Federal — Agência do Anexo IV da Câmara dos Deputados. Confirmou o comparecimento perante este órgão no dia 13 de agosto, às 10 horas;

3 - Del Feliz Ramos de Oliveira. Informou que sofreu acidente em 3 de agosto, estando impossibilitado de comparecer a este órgão;

4 - Josias Miguel dos Santos. Declarou estar à disposição após o dia 30 de agosto de 2014;

5 - Evilácio Miranda Silva. Em resposta, informou estar à disposição a partir de 1º de setembro de 2014;

6 - Welane Correia Argôlo Luiz Pato. Em resposta, informou que poderá tentar se programar a partir do dia 30 de agosto de 2014;

7 - Wanderson Alves Delmondes. Em resposta, solicitou o agendamento de data futura.

Não enviaram resposta os Srs. Wanberson Bezerra Pinto de Lima; Atembergue Araújo; Alaerte Gabriel de Santos; Akaun Simões; Mailson Pereira de Assis; Clara Sena Andrade Grapiúna; Murilo Matos de Oliveira; Dejalton Feliciano Santos e Renata Lorena Santos Ribeiro.

Ordem do Dia

A presente reunião tem por finalidade a oitava da Sra. Meire Bonfim da Silva Poza, testemunha arrolada pelo Deputado Marcos Rogério, Relator nos Processos nºs 14 e 15, de 2014 — Representações nºs 26 e 27, de 2014 —, e a oitava do Sr. Douglas Alberto Bento, testemunha arrolada pela defesa do Deputado Luiz Argôlo.

Registro a presença do advogado do Deputado Luiz Argôlo, Dr. Aluísio Lundgren, e convido a tomar assento à mesa a Sra. Meire Bonfim da Silva Poza.

Esclareço que a Sra. Meire Bonfim da Silva Poza foi convidada como testemunha do Deputado Marcos Rogério, Relator dos processos em desfavor do Deputado Luiz Argôlo, para esclarecer fatos referentes às Representações nºs 26 e 27, de 2014.

Esclareço que a Sra. Meire Bonfim da Silva Poza foi convidada como testemunha do Deputado Marcos Rogério, Relator dos processos em desfavor do Deputado Luiz Argôlo, para esclarecer fatos referentes às Representações nºs 26 e 27, de 2014.



Faço alguns esclarecimentos a respeito da oitiva da testemunha, conforme dispõe o art. 12 do Regulamento deste Conselho de Ética.

Inicialmente, passarei a palavra ao Relator, Deputado Marcos Rogério, para que formule as suas perguntas, que poderão ser feitas em qualquer momento que entender necessário.

Após a inquirição inicial, será dada a palavra ao advogado, Dr. Aluísio Lundgren.

A chamada para que os Parlamentares inquiram a testemunha será feita de acordo com a lista de inscrição, chamando-se primeiramente os membros deste Conselho, que terão até 10 minutos, improrrogáveis, para formular perguntas, e 3 minutos para a réplica. Será concedida aos Deputados que não integram este Conselho a metade do tempo concedido aos membros, conforme dispõe o art. 12, inciso VI, do nosso Código.

O Deputado que usar a palavra não poderá ser aparteado, e a testemunha não será interrompida, exceto pelo Presidente ou pelo Relator.

Para atender às formalidades legais, será firmado pela testemunha “termo de compromisso” de cujo teor faço a leitura:

*“Nos termos do art. 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, presto o compromisso de falar somente a verdade sobre o que me for perguntado a respeito dos fatos relativos aos Processos nºs 14 e 15, de 2014, referentes às Representações nºs 26 e 27, de 2014, respectivamente, instaurados em desfavor do Deputado Luiz Argôlo.
Sala de Reuniões, 13 de agosto de 2014.”*

Assina a Sra. Meire. Está cumprido o compromisso. Ela já o assumiu.

Antes de passar a palavra ao Relator, para inquirir a testemunha, eu gostaria que...

O SR. ALUÍSIO LUNDGREN CORRÊA RÉGIS - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Delgado) - Pois não, Dr. Aluísio.

O SR. ALUÍSIO LUNDGREN CORRÊA RÉGIS - Pela ordem.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vejam bem, eu tenho duas objeções, de natureza formal. Na sessão passada, nós estávamos todos aqui presentes. E já fui indagado por vários jornalistas que me têm ligado — e eu sempre tenho atendido, como atendo, de praxe, a todas as pessoas que me ligam e que querem conversar comigo, até porque eu tenho que saber qual é o assunto para poder saber como é que eu vou orientar a defesa do Deputado Argôlo —, desde o começo, se vai ser julgado antes da eleição, se vai ser julgado depois, se vai ser julgado tal dia, qual dia. Eu disse: *“Olha, eu não tenho compromisso com a pressa. O meu compromisso é com que a investigação seja feita”*. Eu estou aqui para colaborar. Não há nenhum ato nosso de procrastinação neste processo. Todas as medidas que estão sendo necessárias... E V.Exa. é testemunha, é Relator de outro caso aqui, porque tem acompanhado a minha postura, em relação à dos outros advogados, que sempre é de colaboração.

Pois bem. Talvez essa celeridade que às vezes se cobra dos Parlamentares, que se cobra dos advogados — e se diz que se está querendo procrastinar — termine influenciando a atuação de A, de B ou de C.

O que aconteceu na sessão passada? E essa é a razão da minha intervenção. O Deputado Marcos Rogério — e virei fã do Deputado porque é um jurista conceituado; tenho visto a atuação dele aqui — arrolou algumas testemunhas de acusação e, sem nenhum requerimento da defesa, sem que eu me manifestasse... E eu tenho assistido passivamente a toda a investigação, não tenho inquirido nenhuma testemunha que tem sido ouvida aqui. Eu disse desde o começo que a minha linha é uma só: *“No dia do interrogatório do Deputado Argôlo eu vou esclarecer todos os pontos. Até lá, eu vou deixar o Conselho à vontade, para o Conselho levantar o que quiser, e vou colaborar com o que me pedir”*. Pedi ao Sr. Vanilton que trouxesse os extratos bancários dele. Ele, no começo, ficou meio relutante, depois concordou em trazer os extratos bancários dele.

Mas vejam qual é a minha preocupação: na sessão passada, o Deputado Marcos Rogério dispensou todas as testemunhas de acusação. Tenho até o áudio aqui, se V.Exa. me permitir. E há um ponto de discordância entre nós e o Deputado Marcos Rogério. Dispensou todas as testemunhas de acusação e marcou para hoje, dia 12 ou dia 13, a oitiva das testemunhas de defesa. A Dra. Adriana me ligou — eu



tinha marcado para o dia 12 —, e eu disse: *“Doutora, eu tenho uma audiência a que eu não posso ir no dia 12. Pode marcar para o dia 13, que eu estarei lá”*.

Para o senhor ter uma ideia, Sr. Presidente, no dia do aniversário do meu filho de 6 anos, uma criança — eu tinha marcado com toda a antecedência —, houve uma reunião aqui no Conselho de Ética, no dia 4 de julho, e eu não fui ao aniversário do meu filho para vir para cá, para prestigiar a Comissão.

Pois bem. Quando foi ontem, mais ou menos por volta do meio-dia, de meio-dia e 10, eu não me recordo — e tenho aula particular de alemão até as 10 horas; faço pelo Skype; até as 10 horas eu estava assistindo à aula —, em razão até da própria reportagem, o Deputado Argôlo me pediu que eu fosse à Bahia conversar com ele. Eu estava no Nordeste e peguei o avião às 4 horas da manhã de domingo para segunda-feira, fui à Bahia, e avaliamos inclusive a possibilidade de arrolar a Dra. Meire como testemunha da nossa defesa. Conversei com ele longamente sobre esse assunto, e chegamos à conclusão, dentro da avaliação que nós fizemos, de que, como testemunha de acusação, depois que o Deputado Marcos Rogério dispensou as testemunhas arroladas por ele, ela não poderia mais ser ouvida.

Para completar, a Dra. Adriana teve também um procedimento ético corretíssimo. Ligou para mim ao meio-dia e meia — meio-dia e 28, não foi Dra. Adriana? — e disse: *“Dr. Aluísio, foi alterada a pauta. Eu mandei um e-mail para o senhor. O senhor viu o e-mail?”* Eu disse: *“Acabei de ver, doutora.”* Não sabia que horas eram. Depois eu fiquei refletindo e disse: *“Olha, eu vou para Brasília”*. Peguei o avião. Disse: *“Doutora, eu não vou para a audiência amanhã”*. Cogitei até de entrar com um mandado de segurança no Supremo porque o único caso em que o Supremo efetivamente anulou decisões do Conselho de Ética foi num caso de inversão tumultuária de testemunha. No caso do ex-Ministro e ex-Deputado José Dirceu, as testemunhas de acusação estavam sendo ouvidas posteriormente às de defesa.

O artigo do Regimento Interno permite a juntada de documentos — art. 13, salvo engano — em qualquer fase do processo, mas não permite a oitiva de testemunhas. É silente quanto à oitiva de testemunhas.

Então, a proposta que eu faço ao Relator... Porque eu fico com medo. Quer dizer, há duas questões aqui. Primeiro, já estava, a meu sentir, na minha avaliação,



encerrada a oitiva de testemunhas de acusação. E, para isso, não houve nem requerimento nem concurso da defesa. Houve, talvez, uma pressa em se chegar a uma conclusão e em se chegar a uma conclusão, talvez, em detrimento da investigação.

Segundo, eu fui intimado, por telefone, menos de 24 horas antes da sessão — ao meio-dia. Quer dizer, ainda são 10h45min. Se se considerar que é válida uma intimação por *e-mail* ou por telefone de quem não é membro do Parlamento. Eu não sou membro do Parlamento. Para quem é membro, tudo bem, porque tem que estar à disposição da Casa. Eu preciso de pelo menos 24 horas ou 48 horas — eu não moro aqui — para me programar e poder vir aqui.

Então, para que se evite a nulidade deste depoimento e para que depois não se diga que eu estou com receio de qualquer depoimento nesta Comissão, eu abro mão da minha testemunha mais importante, que é a irmã do Deputado Luiz Argôlo, Welane Argôlo, para que a Sra. Meire seja ouvida como testemunha de defesa, desde que ela seja ouvida ao final da instrução.

Se ela for ouvida hoje — e V.Exas. é que são Deputados, são V.Exas. que elaboram a lei, são V.Exas. que têm conhecimento da Constituição; eu sou apenas um humilde advogado —, se V.Exas. optarem por ouvi-la hoje como testemunha de acusação, depois de o Relator já haver dispensado as testemunhas — é bem verdade: antes do início das testemunhas de defesa; mais: com uma intimação por telefone a menos de 24 horas da audiência —, eu tenho, sinceramente, receio de que esta audiência venha a ser anulada. Eu vou analisar essa questão.

Eu tenho o áudio. Se V.Exa. me permitir, só para rememorar, exatamente... V.Exa. me permite que eu passe? Porque nem todos os Deputados estavam aqui.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ALUÍSIO LUNDGREN CORRÊA RÉGIS - Pronto. Mas há Deputados aqui que não estavam presentes, Presidente.

Bota aqui o áudio da sessão passada.

(Segue-se reprodução de áudio.)

O SR. ALUÍSIO LUNDGREN CORRÊA RÉGIS - Então, é essa a minha preocupação.



Vou repetir: se o Relator concordar, eu substituo a testemunha de defesa, Welane Argôlo, pela Sra. Meire, contanto que ela seja ouvida como a última testemunha de defesa. E aí nós esclarecemos todos os fatos.

Veja: é minha preocupação evitar uma nulidade aqui. É claro: V.Exas. vão interpretar se a instrução já se encerrou para a acusação ou não. Isso é uma atribuição de V.Exas. Estou aqui presente, como sempre estive presente em todos os atos, Deputado Júlio, e, por respeito a V.Exa., acato todas as decisões que V.Exas. tomarem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Delgado) - Eu não estava preparado para dar a resposta como Presidente, até porque o caso da oitiva das testemunhas de acusação, anterior à das de defesa, foi no processo do Deputado José Dirceu, do qual eu também era Relator. Então, vivi isso muito mais com um sentimento protelatório do processo que corria àquela época. Mas o Relator pediu para contraditar, para que possamos proferir a decisão. E eu vou passar a palavra ao Deputado Marcos Rogério.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, nobre Deputado Júlio Delgado, Sras. e Srs. Deputados, nobre Dr. Aluísio, advogado dedicado a esta causa, primeiro, quero informar que este Relator não encerrou a instrução. Apenas, naquela data — e o áudio reproduzido por V.Sa. traduz fielmente o que fiz —, abri mão das testemunhas que anteriormente havia arrolado neste Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Todavia, não abri mão, repito, de minhas prerrogativas, no interesse do esclarecimento dos fatos que foram trazidos ao conhecimento deste Conselho de Ética. Portanto, o art. 14, inciso IV, do Regimento, faculta ao Relator justamente a possibilidade de, na busca do esclarecimento dos fatos, desta forma proceder.

Leio o que diz o inciso IV:

“art. 14

IV – apresentada a defesa, o relator da matéria procederá às diligências e à instrução probatória que entender necessárias no prazo improrrogável de quarenta dias úteis (...).”



Informo a V.Sa. que o prazo improrrogável de 40 dias ainda não se exauriu. Portanto, eu estou dentro do prazo de 40 dias.

Também não foi dado início, formalmente, à oitiva das testemunhas de defesa. As testemunhas de defesa serão ouvidas a partir desta data.

E, só para ser fiel aos acontecimentos deste Conselho, a decisão que se deu no caso passado — do ex-Ministro José Dirceu — não foi mudando o entendimento do Conselho, foi apenas reafirmando uma posição, que nós estamos cumprindo fielmente: de que as testemunhas de defesa sejam ouvidas posteriormente às testemunhas do Relator. Nós não estamos invertendo a lógica, nós estamos cumprindo fielmente o que foi estabelecido lá atrás, a não ser que já tenha sido ouvida alguma testemunha de defesa na ausência deste Relator.

A inclusão da testemunha foi comunicada tempestivamente. Consta aqui a informação da Secretaria do Conselho de que essa comunicação foi feita às 9h41min. O fato de a Secretaria ligar para o advogado de defesa é um cuidado, um zelo, não uma obrigação formal. Ademais, estamos diante de um processo administrativo legislativo, e não de um processo penal. Aqui vigoram as regras da informalidade, e aqui a busca é pela verdade, a busca é pelo esclarecimento dos fatos.

Obviamente, este Relator não criará — como não criou até agora — nenhum obstáculo à atuação da defesa. Sempre atuei no sentido de zelar pela garantia do devido processo legal — porque nós estamos no Legislativo, e aqui vigora também o devido processo legislativo — e não cerceei e não cercearei o direito de defesa, mas não abdicarei das funções asseguradas a este Relator.

Portanto, Sr. Presidente, informo a V.Exa. que as posições adotadas por este Relator estão baseadas no Regimento Interno e nas praxes mais democráticas deste Conselho de Ética.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Delgado) - Acobertado, não só por esse posicionamento do nosso Relator, mas também e acima de tudo pelas regras do Conselho, e com a presença de V.Sa. aqui no plenário, nesta tarde, respeitando qualquer medida que possa ser tomada fora do Conselho, nós vamos, aproveitando...



E, antes de lhe passar a palavra para que comece a inquirir a testemunha, quero dizer que os fatos novos que o Relator coloca aqui são justamente a boa vontade. A Sra. Meire, espontaneamente, dirigiu-se à Polícia Federal para dar os esclarecimentos que ela deu, da mesma forma que, espontaneamente, dirigiu-se a este Conselho de Ética no sentido de fazer os esclarecimentos que se coloca à disposição.

E mesmo antes de contribuir com este Conselho, como bem disse o Deputado Marcos Rogério, à Justiça Federal, a senhora contribui com a Justiça, com o Poder Judiciário. Contribuindo com o Parlamento e com o Conselho de Ética, a senhora contribui com a sociedade com o esclarecimento desses fatos.

Esta Presidência, corroborando com o Relator Marcos Rogério, que não ouviu nenhuma testemunha de defesa anteriormente, diferente de toda a tribulação que nós tivemos em 2005 — e naquela época, sim, houve oitivas que causaram todas as celeumas que tivemos no Supremo; o Deputado Marcos Rogério estava acompanhando, não como Parlamentar que já era, mas sabe muito bem de todo esse processo, de toda essa história —, nós vamos dar continuidade à oitiva.

Eu quero mais uma vez, em nome de todos os Deputados, em nome de todos os membros do Conselho de Ética, Sra. Meire, agradecer a contribuição que a senhora nos dá para podermos esclarecer não só esse processo, mas também outros que são atentos à vida do Parlamento brasileiro. Muito obrigado.

A senhora vai ter o tempo necessário, assim como o Relator tem para poder fazer as perguntas.

Eu passo a palavra ao Relator, Deputado Marcos Rogério, para inquirir a testemunha.

Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, antes de passar aos questionamentos, eu apenas queria informar à defesa do Deputado representado, Luiz Argôlo, que foram apresentados endereços para a busca das testemunhas de defesa. E vários dos endereços apresentados são endereços equivocados, errados. E isso está impedindo a localização dessas testemunhas de defesa.



Eu alerto que é obrigação da defesa apresentar adequadamente os endereços das testemunhas, sob pena de prejuízo da sua localização e, evidentemente, do prejuízo de ouvi-las aqui, porque nós temos um prazo decadencial, e temos que cumpri-lo. Esse prazo vincula o Relator e vincula também a defesa, porque a instrução deve acontecer dentro do limite temporal de 40 dias.

Portanto, estou apenas informando a defesa, para que providencie junto à Secretaria do Conselho a localização adequada das testemunhas, para não acarretar prejuízo à localização dessas testemunhas, para que elas possam estar aqui no Conselho.

O SR. ALUÍSIO LUNDGREN CORRÊA RÉGIS - V.Exa. me permite?

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Pois não.

O SR. ALUÍSIO LUNDGREN CORRÊA RÉGIS - Havia duas testemunhas cujo endereço ainda não havia sido... Eu arrolei os nomes, mas o gabinete do Deputado me havia fornecido o endereço. Dessas testemunhas, eu sabia que estava em aberto esse problema. Vou corrigir o mais rapidamente possível. Das outras, os endereços que nós tínhamos eram esses.

A Dra. Adriana, nas conversas que teve, nunca me passou que havia algum endereço que teria sido equivocado, nem ninguém do gabinete, que eu me recorde, salvo — salvo — em relação a essas duas. Estou sabendo dessa situação, Deputado Marcos Rogério, pela primeira vez agora. Não é, Dra. Adriana? Ou não? A senhora já mandou? *(Pausa.)* Ah! Então, perdoe-me. Eu vou providenciar para corrigir imediatamente. Perdoe-me. Eu sabia dessas duas de que a senhora falou comigo. Não foi isso?

Então, peço perdão a V.Exa. e vou... Porque é uma sucessão de acontecimentos...

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Perfeito.

O SR. ALUÍSIO LUNDGREN CORRÊA RÉGIS - Vou procurar diligenciar isso o mais rapidamente possível.

Agora, quanto a esses fatos, eu dependo do gabinete. São eles que me repassam. Eu vou diligenciar junto a eles para tentar agilizar isso aí.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Este Relator agradece a V.Sa. e passa neste momento para o questionamento à convidada.



Inicialmente, indago a V.Sa., Sra. Meire, o nome completo.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - O meu nome é Meire Bonfim da Silva Poza.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Por quanto tempo V.Sa. trabalhou com Alberto Youssef?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Eu trabalhei por quase 4 anos.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Durante qual período?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - De 2010 até 2014.

Só esclarecendo que eu tenho um escritório de contabilidade e prestei serviços para ele. Com isso, eu frequentava muito o escritório. Eu não era funcionária dele.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Qual era a sua função dentro desse escritório?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - No escritório dele?

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Isso.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Eu prestava consultoria para ele. Além do meu trabalho como contadora, eu também prestava consultoria para ele em diversos assuntos.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Por exemplo.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Eles tinham vários contratos, eles me traziam contratos para avaliar, emissões de notas, alguns cálculos para emissões de notas. Então, tudo isso eu fazia.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Sa. tinha como uma das funções criar empresas para Alberto Youssef?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não exatamente, Deputado. Ele já tinha algumas empresas. Posteriormente, até aventamos a criação de algumas empresas, mas eu nunca criei uma empresa para ele.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Sa. conhece as empresas.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Conheço todas as empresas dele.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Quais das empresas criadas seriam empresas de fachada?



A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Deputado, eu acho que... Eu vou responder ao contrário: a Marsans era uma empresa boa — a Marsans Viagens e Turismo — e, até onde eu tenho conhecimento, a Malga Engenharia chegou a prestar alguns serviços de fato.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - As demais são empresas de fachada.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - As demais não tinham atividade. É óbvio que, dentro da organização dele, ele tinha os hotéis também, hotéis que funcionam — dois hotéis que funcionam —, o hotel em Aparecida, o hotel em Salvador. A GFD, que era a *holding* dele, vivia de dividendos desses hotéis, de dividendos de algumas empresas que funcionavam efetivamente e do aluguel de um terreno que ele tem ou tinha no Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Sa. pode dizer ao Conselho para quem Alberto Youssef emprestava dinheiro?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Emprestar dinheiro? Deputado, o Alberto era um banco. Eu não teria uma relação das pessoas para quem ele emprestava dinheiro.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Ele só emprestava? Ele doava? Ele pagava?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Ele pagava contas, ele dava dinheiro, ele dava presentes, ele emprestava.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Que tipo de conta ele pagava?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Deputado, ele pagava diversas contas. Por exemplo, eu fazia TEDs, eu fazia pagamentos. Eu não tenho conhecimento do que se tratava. Então, às vezes, vinha algum pagamento, e ele falava só para eu pagar. Eu nunca fiz este tipo de questionamento: *“Por que é que você está me pedindo para pagar isso?”* Então, ele me passava os pagamentos, desde que tivesse um valor “x” na conta. Eu tinha a entrada do dinheiro, e ele me passava depois a destinação desse dinheiro. *“Olha, o dinheiro que entrou na conta, faça isso, isso e isso”*. Então, ele me passava o que era para fazer com o dinheiro.



O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Você poderia dizer para quais políticos Alberto Youssef dava ou emprestava dinheiro e se entre esses estava o Deputado Luiz Argôlo.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Deputado, eu preferiria, hoje, me limitar a falar do Deputado Luiz Argôlo. E, sim, houve entrega de dinheiro para o Deputado Luiz Argôlo.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sem citar nomes, porque V.Sa. já disse que quer declinar dos nomes neste momento, houve pagamento a outros Parlamentares?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim, houve.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Na matéria publicada pela revista *Veja* há referência a notas frias emitidas pela Mendes Júnior e a contratos simulados entre a empresa e órgãos estatais. Poderia dizer quais órgãos estatais ou empresas públicas estão ou estariam envolvidos nisso?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Desculpe-me. O senhor poderia repetir a pergunta, por favor?

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Na reportagem da *Veja* há referência a notas frias emitidas pela empresa Mendes Júnior e a contratos simulados entre a empresa e órgãos estatais. A pergunta é se V.Sa. poderia citar, dizer quais órgãos estatais ou empresas públicas estão envolvidas nessa relação.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Então, quem emitia as notas era a GFD. A empresa GFD Investimentos, que é do Alberto, emitia notas para a Mendes Júnior. Então, não era a Mendes Júnior que emitia a nota fria.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - É o contrário.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - É o contrário. Então, a GFD emitia a nota para a Mendes Júnior, emitiu algumas notas.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Notas frias.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - A GFD não tinha um grupo que pudesse prestar os serviços que estão ali. Então, os serviços nunca foram prestados. Os serviços discriminados nas notas ou nos contratos nunca foram prestados. Era a GFD que emitia essas notas. Veja, Deputado: eu não posso lhe dizer que posteriormente a Mendes Júnior prestava serviços para estatais.



Provavelmente, sim, mas eu não trabalhava na Mendes Júnior, eu trabalhava para a GFD. Então, a GFD realmente emitiu as notas, emitiu os contratos. Em relação a esse caso da Mendes Júnior, foi o primeiro caso que me chamou a atenção porque, quando houve essa primeira emissão, foi logo no começo dos meus serviços para a GFD. E, dado o escopo do serviço, era perceptível. A empresa tinha cinco ou seis funcionários, contando a copeira e a secretária. Então, eu sabia que aqueles serviços não seriam prestados.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - A GFD é uma das empresas de fachada?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - A GFD é uma *holding* patrimonial do Alberto Youssef. Então, é a principal empresa dele. A GFD é dona das outras empresas. E, quando ela emitiu, quando eles me pediram esse primeiro contrato, chamou-me muito a atenção o fato de que eu sabia que aqueles serviços que estavam discriminados no contrato não poderiam ser prestados, não por eles. E, quando eu perguntei, eu questionei se eles contratariam outros profissionais para prestar aqueles serviços, foi-me respondido que não, que a Mendes Júnior ia acertar tudo e depois mandaria os relatórios prontos.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Saberria dizer quem, dentro dessas empresas, atuava para simular esses contratos e desviar dinheiro público?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Bem, os contratos eram feitos... No caso da Mendes Júnior, a própria Mendes Júnior chegou a enviar os contratos prontos. E quem atuava era o Alberto.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Pessoalmente.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - O Alberto... O tratamento, a... Como eu vou chamar? A operacionalização toda era feita pelo Alberto, pessoalmente. Depois, havia, é óbvio, quem vai emitir a nota, quem vai... Enfim, quem vai fazer tudo isso acontecer. Mas o tratamento com as empreiteiras, com a Mendes Júnior, era sempre o Alberto.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Na matéria há também referência a um fluxo de malas de dinheiro para políticos e autoridades, autoridades do Governo. O questionamento: se são autoridades do Governo e se V.Sa. poderia



dizer quem eram os beneficiários dessas malas. Entre eles estaria também o Deputado Luiz Argôlo?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Continuo... Eu vou me limitar ao Deputado Luiz Argôlo. Ele chegou a receber, sim. Inclusive, na última vez em que ele esteve em São Paulo, na última vez em que eu o encontrei, ele foi para buscar dinheiro. Daí ele ia embora naquele mesmo dia e não pôde ir embora porque o dinheiro não chegou. E ele ficou em São Paulo, para ir embora no dia seguinte, depois que ele pegasse o dinheiro.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Onde ele recebeu e como recebeu?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Bom, como ele não recebeu no dia em que ele estava lá, na tarde em que ele estava lá e em que eu estava também, eu sei que ele recebeu depois, mas eu não sei como foi entregue. Normalmente, era entregue em dinheiro, Deputado. Não existia outra forma. Existiam TEDs também que eram feitas, mas nunca foi feita uma TED diretamente para a conta dele.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Foi feita para alguém que não era ele diretamente?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Foi. Foi feita, sim.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Poderia dizer o nome?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Posso. Foi feita para o Manoelito Argôlo e foi feita para a D. Élia Daora. Os documentos já entreguei todos para a Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Mais alguém?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Existiam vários pagamentos, várias TEDs. As outras pessoas eu não sei relacionar a quem se referem, entende? Como eram muitas pessoas... O Manoelito Argôlo ficou fácil saber quem era. E a D. Élia foi justamente porque, numa ocasião, o próprio Deputado, que estava lá no escritório do Alberto, falou: *“Olha, hoje tem que mandar sem falta o dinheiro da Élia”*. E me chamou a atenção porque é um nome que chama a atenção, porque é Élia sem “h”. Então, me chamou a atenção. E, quando ele falou que precisava naquele dia mandar o dinheiro da Élia, foi que eu associei que a Élia era um contato dele.



Então, existem várias outras TEDs, vários outros pagamentos que foram feitos, mas eu não posso associar a qualquer outro Deputado. Eu tenho a relação dos pagamentos que foram feitos, mas eu não sei a qual Deputado ou a que se refere.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Sa. disse, em entrevista atribuída a V.Sa., que no Conselho falaria aquilo que era possível ser provado.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim, perfeitamente.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Portanto, o que a senhora está afirmando aqui, hoje,...

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - ... é algo documentado.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Todos os documentos já estão de posse da Polícia Federal e fazem parte do inquérito.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Sa. poderia encaminhá-los também ao Conselho de Ética.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Posso.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Sa. poderia detalhar a relação existente entre Alberto Youssef e Luiz Argôlo? Que tipo de relação é essa?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Bom, era uma relação carinhosa. Ele era tratado como “o Bebê Johnson”. (*Manifestação na plateia.*) Então, não só pelo Alberto, mas por todo mundo, até por ele ser novinho. Então, ele ia sempre lá. Eles tinham uma amizade muito grande, eles tinham uma relação de amizade.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Mas essa relação era mais do que uma relação de amizade. Era uma relação de negócios também?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Também, também era uma relação de negócios, não só uma relação de amizade.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Quais das empresas de Alberto Youssef eram usadas para lavar dinheiro?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Deputado, mais uma vez, eu acredito que a empresa que não era... Eu vou lhe responder de novo ao contrário. A empresa em que eu não vi nenhuma saída ilegal foi a Marsans — e os hotéis, claro. Os hotéis também... Ele tinha sócios nos hotéis. Então, eu não vi nenhum tipo de saída duvidosa.



O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Na reportagem, há também informação de que Alberto Youssef e Luiz Argôlo são sócios na área de construção. V.Sa. saberia especificar em quais empresas há sociedade?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Na Malga Engenharia.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Com sede em São Paulo ou na Bahia?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - É em São Paulo a sede. Mas a sociedade deles é uma sociedade informal. Não consta do contrato social da Malga o Deputado — bom, nem o Alberto.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Indago de V.Sa. se o representante legal da Malga Engenharia também é o Sr. Leonardo Meirelles?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não, não é.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Qual a relação da empresa Legend Win Enterprises?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não tenho conhecimento. Com a Malga, não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Essa sociedade — V.Sa. já respondeu — seria com a Malga Engenharia. Quem era ou é o responsável pela empresa diretamente?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - O Seu Ludovico?

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Quem é Ludovico?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Ludovico seria um terceiro sócio. Era o Seu Ludovico quem operacionalizava, quem tomava conta mesmo da Malga.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Sa. poderia explicar quais eram as vantagens dessa sociedade para o Deputado Luiz Argôlo?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não, não sei esclarecer a V.Exa. Eu sei que eles estavam atualmente... Em março, quando ocorreu a operação, eles tinham uma obra em Salvador. Mas eu não sei lhe precisar, porque eu não tinha essa riqueza de detalhes. Só para esclarecer, entrava dinheiro... Eu tinha uma conta corrente, uma conta da minha empresa. Ali entrava dinheiro, e o Beto me passava qual era a destinação desse dinheiro. A cada entrada de dinheiro, eu fazia uma emissão de nota. Então, eu sabia que aquela nota que eu estava emitindo para



determinada empresa... aquela empresa tinha relação com determinada pessoa. Então, o que eu posso lhe dizer: eu sei quais as empresas que tinham relação com o Deputado Luiz Argôlo, para as quais eu emiti nota. Daí, o dinheiro entrava, e a destinação desse dinheiro normalmente era para quem tinha relação com aquela empresa. Não sei se eu fui clara.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O.k. Já houve encontros entre o Deputado Argôlo, Adarico, irmão do ex-Ministro Mário Negromonte, e Alberto Youssef? Saberá dizer se os três trabalhavam de forma integrada?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Veja, o Seu Adarico trabalhava efetivamente na GFD. Ele era funcionário da GFD.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Qual era a função de cada um deles?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Bom, o Alberto era o articulador, era o dono da empresa, era o mandante. O Seu Adarico fazia entregas de dinheiro. Ele funcionava como um *office-boy*, eu vou dizer assim, porque ele dirigia. Ele tinha um carro, um Passat, que era de propriedade do Alberto. Então, ele fazia entregas, ia buscar alguém no aeroporto, levar de volta, enfim, fazia um trabalho, assim, como se fosse um *office-boy*, um motorista. Essa era a função do Seu Adarico.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Essas entregas incluíam a entrega de dinheiro?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim, incluíam a entrega de dinheiro.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - A Parlamentares e a autoridades?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Deputado, eu acredito que não só a Parlamentares. Eu nunca fui com ele fazer uma entrega. Eu não posso lhe afirmar. Mas eu sei que ele fazia entrega de dinheiro, sim.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Como era o esquema de Alberto Youssef com as Prefeituras? V.Sa. poderia mencionar ou se lembra quais as Prefeituras envolvidas? Mais: V.Sa. saberia dizer se o Deputado Luiz Argôlo atuou para aproximar Alberto Youssef de alguma Prefeitura?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Esse é até um ponto que eu gostaria de esclarecer. O Alberto... Foi constituído um Fundo de Investimento em



Participações, um FIP, para captação de dinheiro na Marsans. Esse fundo foi feito para captar dinheiro em RPPS, institutos de previdência municipais. O trabalho que foi feito nesse fundo, embora ele tenha acabado como um fundo muito ruim — a ideia foi muito boa, mas o fundo acabou sendo muito ruim —, podia ser colocado em qualquer instituto de Previdência. O Alberto, com o relacionamento dele, não captou um centavo para esse fundo de investimento. Então, eu gostaria bastante de esclarecer isso, porque, na matéria da *Veja*, apareceu que toda a captação que foi feita para esse fundo foi em decorrência de contatos do Alberto. A captação que foi feita para esse fundo de investimentos foi um trabalho de agentes autônomos, independentes, agentes autônomos que estão cadastrados lá na CVM. Então, foi um trabalho independente. *Veja*: independente de o gestor do instituto de Previdência ter sido comissionado ou não, independente disso, foi um trabalho de captação de agentes autônomos. Eu gostaria de esclarecer isso. Embora o Alberto tenha direcionado a algumas Prefeituras, tenha existido esse direcionamento, as Prefeituras às quais ele direcionou não fizeram negócio. Então, nesse caso aqui...

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Especificamente, com relação ao Deputado Luiz Argôlo, houve a mediação para alguma dessas Prefeituras?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Que eu tenha conhecimento, para negócios no FIP, não.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O.k. Nas trocas de mensagens entre o Alberto Youssef e o Deputado Luiz Argôlo, interceptadas pela Polícia Federal, com autorização judicial, há constantes referências a algumas pessoas por codinome. Gostaria de indagar a V.Sa. se saberia identificar quem são essas pessoas.

V.Sa. saberia dizer, por exemplo, quem é Ceará?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim, o Ceará era o Carlos Alexandre. Ele foi preso, inclusive, na Operação Lava-Jato.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Qual era a função dele?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Ele não era funcionário da GFD. Ele trabalhava independentemente. O que eu sei do Ceará é que ele era um doleiro, mas ele tinha um trabalho independente, em Santa Catarina.



O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Sa. saberia dizer quem é Velho, citado na troca de mensagens por ambos os interlocutores?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - O Seu Waldomiro de Oliveira.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Função?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Ou o Seu Waldomiro... Desculpe, Deputado, é que tinha bastante velho lá. (*Riso.*) Mas era o Seu Waldomiro ou o Seu Rafael; vai depender do contexto da mensagem. Trabalhava lá também o Seu Rafael, e eles normalmente também o chamavam de Velho.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Em uma das mensagens, o Deputado Luiz Argôlo diz que está em uma reunião com a pessoa que substituiu o PR. Pergunta a Alberto Youssef se há algum assunto pendente a ser tratado, obtendo resposta positiva.

V.Sa. saberia dizer quem é PR? Saberia, ainda, informar quem é a pessoa que o substituiu?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não, não sei.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Sa. confirma a realização de depósitos e de pagamentos por Alberto Youssef e respectivas empresas para o Deputado Luiz Argôlo?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim, confirmo.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Sa. se lembra de algum valor, especificamente?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim, 60 mil reais, que foram depositados por mim — foi feita uma TED da conta da minha empresa para o Sr. Manoelito Argôlo —; 47 mil reais para Dona Élia Daora. Desses eu me lembro agora e posso afirmar o valor. Dos outros eu não me lembro.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Sa. sabe dizer ainda se foi feito algum depósito na conta de Vanilton Bezerra Pinto, assessor do Deputado Luiz Argôlo?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Por mim, não.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Em outra troca de mensagens, Luiz Argôlo pede a Alberto Youssef para agir, de modo a tentar tirar duas empresas de um processo licitatório em curso na cidade de Fortaleza. O nome das empresas



que deveriam desistir do processo licitatório são: Eletronor e Cosampa. V.Sa. conhece esse caso? V.Sa. saberia dizer se Alberto Youssef e Luiz Argôlo tinham algum negócio em Fortaleza?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Eu sei que eles tinham, não com essas empresas.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sabe que eles tinham...

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Negócio em Fortaleza, mas não com essas empresas.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Eles, Alberto Youssef e Luiz Argôlo?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Que tipo de negócio?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Eu fiz uma emissão de notas para a empresa Grande Moinho Cearense.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Qual a atividade dessa empresa?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não sei. Não sei, Deputado. E, se eu não me engano, a M. Dias Branco, uma empresa de alimentos, não afirmo, mas me parece que também é em Fortaleza.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - V.Sa. teria como detalhar a este Conselho de Ética o caso envolvendo a OAS e quem eram os políticos envolvidos? O Deputado Luiz Argôlo teve alguma participação nesse caso?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - O caso envolvendo a OAS, que foi o caso que eu citei, foi o caso do dinheiro. O Alberto tinha uma mala de dinheiro no carro e foi levar para a OAS. Nesse caso, eu sei que o dinheiro estava... Ele me mostrou. Eu estava com ele no carro. Eu sei o dia que foi. Mas eu não fui com ele à OAS. Eu descii antes. Ele foi sozinho à OAS entregar a mala de dinheiro e depois me pegou na volta.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - E no caso da Camargo Corrêa, V.Sa. poderia detalhar como eram feitas as operações? O Deputado Luiz Argôlo teve alguma participação nesse caso?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não que eu tenha conhecimento.



O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Entre os nomes citados nas gravações, nas interceptações, há o codinome Grandão. Quem é?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - O Leonardo Meirelles.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Qual era a atividade principal de Leonardo Meirelles, além de dirigir a Labogen?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Olha, o Leonardo fazia também algumas entregas de dinheiro e buscas de dinheiro. Mas, desde que ele começou a trabalhar nesse projeto da Labogen, ele ficou bastante focado no projeto da Labogen. Inclusive até escasseou a presença dele lá na GFD. Ele passou a ir bem menos lá.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Conhece os termos da negociação para a Labogen conseguir entrar no Governo com aquele contrato que foi aqui também denunciado? Quem intermediou? Houve participação do Deputado Luiz Argôlo?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Que eu tenha conhecimento, não houve a participação do Deputado Luiz Argôlo.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Alguém intermediou?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim, mas eu preferia, Deputado, deixar para outra ocasião.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O.k.

Por fim, indago a V.Sa., depois de todos os questionamentos feitos por este Relator, se há alguma informação importante que V.Sa. gostaria de colocar à disposição do Conselho para esclarecimento dos fatos relacionados a Alberto Youssef e Luiz Argôlo.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim, eu gostaria. Especificamente em relação a esse caso das notas, só quero deixar esclarecido que o Deputado fazia o contato. Eu não sei o motivo de a empresa enviar o dinheiro, mas sei que estas empresas foram contatos do Deputado Luiz Argôlo: o Grande Moinho Cearense e a M. Dias Branco. Foi emitido para essas empresas um pouco mais de 1 milhão de reais. Essas empresas depositaram esse dinheiro. Esse dinheiro foi destinado não só ao Deputado Luiz Argôlo. Como eu disse anteriormente, o Alberto fazia uma movimentação financeira muito grande. Então, o



dinheiro que entrava, a gente não tinha como... Só ele sabia. Então, entrava o dinheiro, e ele pedia para fazer diversos pagamentos. Mas eu sei que essa entrada de dinheiro do Grande Moinho Cearense e da M. Dias Branco foi uma entrada a pedido do Deputado Luiz Argôlo. A nota foi emitida para essas empresas por intermediação do Deputado Luiz Argôlo.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O.k.

Sr. Presidente, depois de todas as informações obtidas, esta relatoria não tem, para este momento, mais perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Delgado) - Agradeço ao nobre Relator. Agradeço à Sra. Meire.

A gente tem uma lista de inscritos, mas antes quero passar a palavra ao Dr. Aluísio Lundgren.

O SR. ALUÍSIO LUNDGREN CORRÊA RÉGIS - Sr. Presidente, durante os depoimentos aqui, eu tenho feito pouquíssimas perguntas. Aliás, não fiz nenhuma.

A minha preocupação com o fato de esse depoimento da Dra. Meire ser o primeiro, inclusive, era em relação a que não se confundisse o Deputado Argôlo com outros investigados. Então, normalmente, eu não faria questionamentos. E já adianto a V.Exa. que peço logo a substituição da testemunha Welane Argôlo pela Dra. Meire, porque eu gostaria de ouvi-la ao final do processo, quando o que houver em relação a outros Parlamentares ou a outras situações já estiver mais esclarecido.

Mas há duas situações especificamente, Dra. Meire, sobre as quais eu gostaria de questionar a senhora. E o que a senhora está dizendo aqui... até porque não compromete, em nenhum momento, a linha de defesa do Deputado Argôlo, nem nos assombra. Eu queria saber só duas coisinhas da senhora.

A senhora falou aí que o Deputado foi lá receber uma mala de dinheiro do Sr. Alberto Youssef, mas que não recebeu nesse dia. No dia posterior, a senhora tem certeza de que ele recebeu essa mala de dinheiro, ou a senhora supõe que ele recebeu essa mala de dinheiro? Porque, pelo que eu entendi, como ele não recebeu num determinado dia, ele poderia ter recebido no outro. É isso? Eu queria saber se a senhora tem certeza ou se é uma suposição da senhora.



A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Doutor, a mala ficou por sua conta. Ele recebeu dinheiro.

O SR. ALUÍSIO LUNDGREN CORRÊA RÉGIS - Pronto. Ele recebeu, mas... Espera aí. Tem um trecho aí, salvo engano, em que a senhora disse que um dia lá ele iria receber um dinheiro...

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim, perfeito, perfeito.

O SR. ALUÍSIO LUNDGREN CORRÊA RÉGIS - Certo. A senhora tem conhecimento da venda de um terreno do Deputado Argôlo ao Sr. Youssef?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Tenho sim.

O SR. ALUÍSIO LUNDGREN CORRÊA RÉGIS - Houve essa venda? O Deputado realmente vendeu um terreno?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Vendeu, vendeu.

O SR. ALUÍSIO LUNDGREN CORRÊA RÉGIS - Satisfeito demais.

Eu vou, posteriormente, quando tiver a situação dos outros Deputados esclarecida, se a senhora me permitir, arrolar a senhora como nossa testemunha.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim.

O SR. ALUÍSIO LUNDGREN CORRÊA RÉGIS - Aliás, já a estou arrolando, no lugar da testemunha Welane Argôlo.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Eu só não respondi à primeira pergunta, Doutor. Eu tenho certeza, porque, no dia em que ele receberia e não recebeu, ele não recebeu porque atrasou uma entrega de dinheiro. E quem fez a entrega de dinheiro para o Alberto entregar a ele fui eu.

O SR. ALUÍSIO LUNDGREN CORRÊA RÉGIS - A senhora entregou ao Alberto...

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim.

O SR. ALUÍSIO LUNDGREN CORRÊA RÉGIS - ... para o Alberto entregar a ele.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Isso. Eu não vi... Isto eu deixei claro: eu não vi a entrega para ele.

O SR. ALUÍSIO LUNDGREN CORRÊA RÉGIS - Do Alberto a ele?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não, eu não vi.



O SR. ALUÍSIO LUNDGREN CORRÊA RÉGIS - Então, vou repetir a pergunta. A senhora supõe, então, que o Alberto entregou a ele?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Suponho que tenha sido entregue a ele.

O SR. ALUÍSIO LUNDGREN CORRÊA RÉGIS - Satisfeito demais, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Delgado) - Terminou, Doutor?

O SR. ALUÍSIO LUNDGREN CORRÊA RÉGIS - Eu já estou pedindo a substituição da testemunha Welane Argôlo ao Relator. Estou arrolando-a. Peço só que ela seja inquirida ao final, porque aí eu preciso do processo que corre lá no Supremo, para poder efetivamente fazer maiores questionamentos, está certo? E aí, quando tiver esses dados, dissipado o que há em relação a outros Deputados... Porque, por exemplo, no depoimento aqui ela falou de testemunhas do PT, e não envolve o Deputado Argôlo, não é isso, Sra. Meire? Falou do caso Labogen e também isentou o Deputado Argôlo de responsabilidade. E falou de vários casos aqui em que isenta o Deputado Argôlo de responsabilidade. Eu não quero que caia no colo do meu cliente problema dos outros, de eventualmente quem tenha... Entendeu, Deputado Júlio Delgado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Delgado) - Correto.

O SR. ALUÍSIO LUNDGREN CORRÊA RÉGIS - É essa só a minha preocupação. O que existe em relação ao Deputado Argôlo eu estou aqui tranquilamente para enfrentar.

E peço a substituição da testemunha Welane Argôlo, que para mim é importante, Deputado, pela Sra. Meire. Mas que seja ouvida quando eu tiver os elementos do Supremo Tribunal Federal.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, sem objeção por parte desta relatoria, já fica deferido o pleito do advogado de defesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Delgado) - Vamos passar para lista de inscritos. O primeiro inscrito para inquirir a testemunha por até 10 minutos é o Deputado Izalci.

Passo a palavra ao Deputado Izalci.



O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu gostaria, em primeiro lugar, Meire, de perguntar a V.Sa. com relação à sua relação com Enivaldo Quadrado, que apresentou V.Sa. para o Youssef.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim, ele me apresentou. Eu prestei serviços no passado para o Enivaldo Quadrado; em 2009, para ser mais exata. Nós não nos conhecíamos. Eu sempre trabalhei no mercado financeiro, em corretoras de valores, ele também. Então, um amigo em comum me indicou a ele para uma prestação de serviços. Logo depois disso, ele acabou vindo a São Paulo, ele não estava mais morando em São Paulo... Vindo, não, desculpe. Foi a São Paulo. E a GFD ficava bem próxima ao meu escritório. Então, por conta dessa prestação de serviços que eu fiz a ele, nós passamos a ter contato, fizemos amizade, e ele me indicou para prestar serviços na GFD. Eu não conheci o Alberto. Embora eu prestasse serviços para a empresa dele, eu fui conhecê-lo pessoalmente acredito que 1 ano depois — pessoalmente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. conheceu o Deputado Janene?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não, não conheci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Essa empresa... É Bônus Banval, não é?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. estava trabalhando para fazer o encerramento dela?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Isso mesmo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. sabia que essa empresa tinha participação no mensalão lá atrás?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim, soube.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E que o Enivaldo também participou de todo o esquema do mensalão?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim, soube.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Bem, está muito claro aqui nos depoimentos de V.Sa. na Polícia Federal que realmente o que havia por parte do doleiro é que existiam muitas empresas fantasmas que faturavam contra as empreiteiras para dividir o recurso com os políticos e outros, como V.Sa. disse aí.



V.Sa. que controlava todos esses repasses? Havia uma planilha específica de todos os repasses?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim, mas eu não controlava tudo. Alguma coisa eu controlava. Das emissões que eram feitas por mim e do dinheiro que entrava na minha empresa eu tinha uma planilha de controle.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E as notas emitidas para a MO? V.Sa. chegou a emitir algumas notas da MO.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não, a MO... O Seu Waldomiro, quando teve o problema na CPI do Cachoeira, foi chamado, e ele não tinha contabilidade. Então ele me pediu para que eu organizasse a contabilidade da empresa dele. Daí eu tinha alguns... Eu tinha alguns não, eu tinha vários documentos da empresa dele comigo. Não foi regularizado, porque não tinha como ser regularizado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Qual a relação da MO com o Cachoeira?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Houve um depósito da Delta em uma das contas. Não foi nem da MO, foi da RCI, mas é a mesma pessoa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É uma empresa fantasma também essa RCI, não é?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - É, as empresas não têm serviços, não têm prestação de serviços.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. então só tinha o controle da planilha com relação às notas emitidas pelo escritório de V.Sa.?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. recebia o pedido do Youssef ou do Quadrado para emitir essas notas? V.Sa. emitia a nota como consultoria da empresa para as empreiteiras também?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim. Só quero esclarecer, Deputado, que o Enivaldo Quadrado trabalhava na GFD, trabalhava efetivamente, recebia um salário para isso. Quando eu falo no meu depoimento que ele me pediu para emitir notas, as notas que ele me pedia para emitir eram as notas emitidas pela GFD. Ele nunca me solicitou que emitisse notas para outras empresas, para terceiros. Ele controlava o caixa — eu vou chamar de caixa bom — da GFD. O que



ele fazia? Os pagamentos oficiais da GFD. Então, o Beto operacionalizava e dizia para ele, por exemplo: *“Olha, emita uma nota para a Mendes Júnior”*. Então, o Enivaldo era a pessoa — o contato comigo — que me mandava um *e-mail* e dizia: *“Olha, emita uma nota para a Mendes Júnior”*. Só para deixar isso esclarecido, tá?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Para essas notas que foram emitidas para essas empreiteiras, tinha uma planilha também com a destinação desses recursos?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim, mas aí essas notas emitidas para as empreiteiras eram notas emitidas diretamente pela GFD. A minha empresa, a Arbor, emitiu algumas notas a pedido do Alberto, diretamente a pedido dele. Então, dessas notas que eu emiti, da minha empresa, eu tratei direto com o Alberto.

O SR. DEPUTADO IZALCI - As notas da sua empresa eram emitidas contra qual empresa?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Contra várias empresas.

O SR. DEPUTADO IZALCI - As grandes empreiteiras também?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não, eu nunca emiti nenhuma nota para empreiteira.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Para quem?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Eu não vou lembrar toda a relação aqui, mas, por exemplo, essas duas que eu citei: Grande Moinho Cearense, M. Dias Branco.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Você emitia como consultoria?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Como a MO, a RCI e as outras todas, não é? E como a GFD.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim, com uma diferença, a minha empresa existe.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, existe, mas V.Sa. disse, inclusive, que recebia uma comissão sobre isso.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Exatamente, eu emiti essas notas, sim.



O SR. DEPUTADO IZALCI - As empresas MO, RCI e tantas outras também só emitiam a nota.

V.Sa. que fazia a contabilidade dessas empresas? Porque elas distribuíaam os recursos. Pagavam os impostos essas empresas, ou não? V.Sa. sabe disso? Houve recolhimento dos impostos?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não, elas não pagavam os impostos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não houve pagamento nenhum dos impostos?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Houve alguma coisa de pagamento de impostos, mas não pagavam todos os impostos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Essa documentação que foi entregue ao escritório de V.Sa. e que foi, inclusive, apurada pela Polícia Federal, tinha todas as notas e a destinação dessas notas, desses recursos?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - A destinação, Deputado... até existe a destinação, mas ela é bem confusa, é bem complexa, não é clara, não dá para identificar. Nas notas emitidas pela MO, pela RCI, pela Empreiteira Rigidez não existe uma forma de identificar. E vou até adiante: mesmo nas notas que eu emiti não existe. Eu sei para quem foram aqueles recursos, mas eu não tenho como ligar exatamente que, na nota emitida para a empresa "x", aquele recurso foi destinado para determinada pessoa, porque ele misturava o dinheiro.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Especificamente da sua empresa, das notas emitidas pela sua empresa, você sabe qual foi a destinação desses recursos?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Eu sei qual foi a destinação, mas...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Você tem como dizer para a gente quais foram os beneficiados?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Eu tenho como dizer, mas não especificamente por nota, entendeu?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, no geral, para quem foram destinados todos os recursos das notas emitidas pela empresa de V.Sa.?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Bom, alguma coisa foi feita em saque; algumas TEDs foram feitas para empresas, como a Kaizen e Autex; alguma



coisa foi feita para as próprias empresas do Alberto Youssef, como para a Marsans, por exemplo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Foi passada alguma coisa para alguns políticos também?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Diretamente, diretamente, da minha empresa, nunca.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E indiretamente?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Ele não fazia TED. Acredito que nunca tenha feito nenhuma TED, nem da GFD, nem da minha empresa, diretamente, para a conta de nenhum político.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Era tudo em dinheiro?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Em dinheiro.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E há controle dessa planilha do caixa dois, ou não?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não, não tenho. Do caixa dele não tenho.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas V.Sa. lembra para quem foi entregue esse dinheiro? Para algumas empresas ou para alguns políticos?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Deputado, mais uma vez, eu preferia me ater ao caso do Deputado Luiz Argôlo, por favor. Desculpe-me.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. vai ter oportunidade de falar também na CPMI, porque nós já fizemos o pedido para que V.Sa. contribuísse.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim, perfeitamente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O que acontece, contadora — eu também sou contador —, é que nós precisamos passar este País a limpo...

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - ... e quem pode passar este País a limpo são os contadores, que conhecem a fundo a situação. Mas está claro o volume de recursos que foram desviados, especificamente da PETROBRAS e outras. Essas empresas que receberam essas notas fiscais de diversas empresas fantasmas, e V.Sa. conhece grande parte delas, pelo relatório que vi aqui, pelo depoimento... São bilhões! Então, eu acho que qualquer contribuição de V.Sa... E neste momento aqui



é muito importante para nós tomarmos conhecimento realmente de qual é o grande esquema.

Eu vejo que é uma sequência. Nós tivemos o mensalão do Lula, do período Lula, e o que houve, na prática, foi simplesmente a substituição. Exauriu-se a via da publicidade, porque era tudo feito via publicidade, e veio agora a da PETROBRAS e outras. Mas é uma sequência. Enivaldo Quadrado, Youssef, todos usavam o mesmo esquema do mensalão. Quer dizer, ainda é o mensalão, só que agora é o mensalão da Dilma, e nós sabemos, quem está aqui no Congresso, que nós temos hoje uma base sustentação do Governo muito grande. Nós temos aqui 513 Deputados e 81 Senadores. Dos 513 Deputados, 400 e tantos são da base do Governo. E nós sabemos que este Governo utiliza os mesmos mecanismos utilizados no Governo passado com relação ao mensalão, beneficiando evidentemente Parlamentares para ficar na base.

Então, a contribuição de V.Sa. com relação a esse episódio tem um significado importantíssimo para o Brasil. Acho que neste momento que nós estamos vivendo hoje, no qual os políticos são taxados todos de corruptos, eu acho que V.Sa., como contadora que conhece a fundo isso, porque eu vi aqui os relatórios, eu vi os depoimentos de V.Sa. sobre todas as empresas... E fica claro que para participar da PETROBRAS tinha que, realmente...

Todos os fornecedores tinham esquema, senão não participavam das licitações. Todos os contratos de licitações da PETROBRAS dão margem a superfaturamento, como foi feito. E o superfaturamento foi feito exatamente em cima dessas empresas.

A SANCO está aqui como exemplo. O Consórcio CNCC faturava contra a SANCO.

V.Sa. conheceu a empresa SANCO?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Conheci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Chegou a emitir nota fiscal contra ela?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Minha, não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas conheceu as notas que foram emitidas contra ela?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim, conheci.



O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. sabe que a SANCO foi uma das que mais faturou. Inclusive a MO faturou contra a SANCO exatamente consultoria. E V.Sa. disse, no depoimento, que a MO não tem nenhuma condição de prestar nenhum serviço.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ou seja, as próprias empresas que contratavam, como V.Sa. disse, a Mendes Júnior e outras — a SANCO também —, já levavam o contrato pronto.

V.Sa. fazia esses contratos? Parece que eu vi no depoimento que pediram a V.Sa. para fazer alguns contratos.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Alguns contratos eu fiz, mas...

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Sa. é advogada também?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não, não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - No escritório tem advocacia?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Tem, tem.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Então, muitos desses contratos foram feitos com relação a essas empresas?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Alguns contratos foram feitos no meu escritório.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas no sentido de... No contrato previa prestação de serviços,...

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - ... serviços que não eram prestados,...

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - ... porque os projetos eram elaborados pelas próprias empresas. Então, quando a SANCO, por exemplo, fazia um contrato com a MO, a própria SANCO já preparava tudo e já entregava para a empresa apresentar como serviço prestado, não é isso?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Só emitia a nota fiscal.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim.



O SR. DEPUTADO IZALCI - Então, qual é o esquema? Está aqui. O mapa é um emaranhado de coisas que a gente fica assim... É uma coisa profissional. É uma coisa assim que a gente fica estarecido. Eu, como contador, eu fico assim... É muita criatividade! Tem que ser muito bom para fazer tudo isso aqui! A Labogen....

V.Sa. fazia também a contabilidade da Labogen ou conhecia...

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não, eu conhecia a empresa, mas eu não fazia a contabilidade.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O Youssef, ou a própria GFD, tinha como atividade a compra de empresas falidas para recuperá-las. Teoricamente, esse foi o objeto original, não é?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Esse foi o projeto principal da GFD, embora não fosse só esse o objetivo social. Ela era uma *holding* mista.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Por isso que ela inclusive tem uma participação com relação à Labogen. E a Labogen, uma grande empresa familiar que produzia realmente, tinha pesquisa, tinha genéricos, depois ficou com uma dívida de 54 milhões, e o Youssef, através do Leonardo, que era o Grandão, assumiu essa empresa com uma dívida imensa, chamou como sócio inclusive um lava-jato, um pessoal que trabalhava no posto de gasolina...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Delgado) - Deputado Izalci, permita-me interrompê-lo, porque, primeiro, o seu tempo de 10 minutos, mais os 3 de tréplica, já foi utilizado, e também para poder passar a Presidência ao Vice-Presidente que chegou. Eu já passo aqui...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu quero me reinscrever várias vezes, porque eu tenho muitas coisas para perguntar. Eu, sinceramente...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não posso me reinscrever? Mas o objetivo, Presidente, é esclarecer. Nós não podemos limitar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Delgado) - Eu vou passar a Presidência ao Vice-Presidente José Carlos, que tem a autonomia de exercê-la.

O SR. DEPUTADO IZALCI - ... a 5 minutos um assunto de tamanha importância, quando a gente tem aqui 500 perguntas para fazer. Não sei se a gente



pode abrir um pouquinho do..., porque eu acho que o objetivo não é obedecer ao tempo, mas obedecer ao esclarecimento.

Para encerrar, então, eu vi o depoimento da Polícia Federal e acho que só confirma aquilo que a gente já está acompanhando desde há muito tempo, no sentido de que, realmente, as grandes empreiteiras recebiam faturamento dessas terceirizadas, vamos dizer assim, porque eu acho que a SANCO era fornecedora das empreiteiras, que, por sua vez, eram fornecedoras da PETROBRAS, e havia várias empresas que, através dos contratos feitos, inclusive por V.Sa., emitiam notas de serviço e repassavam esses valores.

Essas planilhas foram entregues à Polícia Federal?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Foram, foram. Toda a documentação foi entregue à Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E nós teríamos, Presidente ou Relator, condições de ter acesso a essas planilhas, a cópias dessas planilhas?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Eu não tenho mais. Entreguei para a Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Entregou tudo para a Polícia Federal.

Eu gostaria, Sr. Presidente — evidentemente que eu posso até fazer o requerimento, como já fiz alguns —, de solicitar cópia de toda a documentação na Polícia Federal, para a gente realmente ter os documentos com relação a isso.

Rapidamente, Presidente, quero só para fazer uma pergunta, porque eu acabei não perguntando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não, Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu tinha aqui algumas perguntas. Eu vou deixar e depois V.Sa. responde, quando tiver o tempo suficiente.

Essa aqui é muito importante. Eu queria saber se V.Sa. conheceu João Vaccari Neto?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não, não o conheci pessoalmente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ele esteve na GFD. V.Sa. tem conhecimento se ele tinha alguma relação com Youssef?



A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não, não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não conhece João Vaccari Neto.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Conheço pela imprensa, Deputado. Pessoalmente ou lá na GFD eu nunca o vi.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não conhece.

Bem, os depósitos... V.Sa. já confirmou que houve depósito aqui, mas depósito na conta de Júlio Gonçalves Lima Filho, no valor de 60 mil, e da empresa Brasil Transporte e Serviços, no montante de 50 mil. Tem conhecimento desses repasses e qual a razão desses repasses?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Eu não me lembro agora, neste momento, Deputado. Eu poderia levantar esses documentos, esses depósitos, essas TEDs e lhe dizer. Como foram vários, eu, neste momento, pelo nome, não vou conseguir me lembrar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Izalci, eu sugeriria a V.Exa...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu vou me reinscrever e depois...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu sugiro a V.Exa. fazer uma lista de pessoas e depois passar para a depoente, e ela responderia oportunamente. Seria mais prático.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Bom, primeiro, quero pedir desculpas por eu ter chegado atrasado em função de que avião hoje nunca cumpre o horário, não é? Não foi novidade ele atrasar e eu chegar atrasado. Na verdade, eu deveria ter vindo ontem à noite. Não pude vir. Estou aqui hoje. Mas vamos então ouvir o Relator, que vai fazer uso da palavra para responder ao Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o ilustre Deputado Izalci sugere a esta Relatoria que solicite os autos da Polícia Federal, em que consta o depoimento da convidada.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não, Sr. Presidente, nós já temos o depoimento dela. Não temos os documentos que deram a título de prova. É isso.



O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Os documentos que foram entregues. Eu... Esta Relatoria fará essa solicitação, mas devo informar a V.Exa. que, como V.Exa. faz aqui questionamentos que extrapolam os limites da representação que nós estamos aqui a apurar, seria mais adequado fazer também esses requerimentos junto à CPMI, porque as informações que certamente a Polícia Federal encaminhará a este Conselho de Ética se restringirão ao caso do Deputado Argôlo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Inclusive, Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Então, eu farei o pedido conforme V.Exa. solicita, todavia com a limitação do envolvimento do Deputado Argôlo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Farei isso na CPMI, mas só para reforçar, porque a informação que tenho é inclusive a de que foi negado o acesso ao processo do Supremo exatamente porque no processo só consta L.A., não consta Luiz Argôlo. V.Sa. pode confirmar? É evidente que L.A., quando é citado — V.Sa. deve ter visto a reportagem —, aquele L.A., naquele diálogo, era Luiz Argôlo. Então, Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Só para constar dos autos...

O SR. DEPUTADO IZALCI - ...é importante esse registro para solicitar cópia ao Supremo.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - ...só peço que a convidada responda, porque estava desligado o microfone: L.A. trata-se de quem?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Luiz Argôlo.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - E “primo”?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Alberto Yousseff.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Bom, o orador seguinte é o Deputado Cesar. Então, tem a palavra o Deputado.

O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - Sr. Presidente desta Comissão em exercício, eu queria cumprimentar a Sra. Meire e até agradecer-lhe a presença, e também parabenizá-la pela coragem. E a minha pergunta é: por que resolveu falar? A senhora... Só vou contextualizar, diante de fatos apontados no depoimento à Polícia Federal e à imprensa, de transações flagrantemente criminosas envolvendo



muita gente poderosa, inclusive Parlamentares que estão sendo investigados aqui por este Conselho, evidentemente isso não é... Isso coloca uma forte pressão, possivelmente sobre a senhora, tanto internamente como pressões externas. Mas minha primeira pergunta é: por que, vendo esses ilícitos acontecerem, resolveu falar agora?

A segunda pergunta talvez pudesse... Porque uma tem a ver com a outra: que tipo de pressão? A senhora sofreu alguma pressão para não comparecer a esta reunião do Conselho, algum tipo de pressão relativa às declarações que a senhora fez, já, junto à Polícia Federal? Se houve pressão, pergunto se a senhora já solicitou proteção à Polícia Federal e ao Ministério Público — e se foi atendida ou não nessa solicitação — proteção da Polícia Federal, porque a senhora está mexendo, como eu vi aqui no quadro que o Deputado Izalci trouxe, inclusive com várias empresas fantasmas, representando outras; quer dizer, é uma rede de corrupção e de entrelaçamento entre público e privado que com certeza envolve várias empresas, como PETROBRAS, pelo que a gente tem de conhecimento, e outras empresas públicas, e várias empresas privadas, e empreiteiras; quer dizer, são pressões que a gente entende que podem ameaçar, com certeza, V.Sa. O que eu pergunto é se a senhora pediu proteção, se vai obtê-la, se teve algum tipo de resposta, ou se não sofreu qualquer tipo de pressão por parte daqueles que estão envolvidos na denúncia que a senhora faz.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Perfeitamente. Bom, antes, eu só queria esclarecer: eu não sou ré nessa ação, certo? Não existe nenhuma denúncia contra mim. Eu procurei a Polícia Federal, fui até Curitiba, cheguei lá, procurei o delegado responsável pela operação; por que eu fiz isso? Quando comecei a trabalhar para a GFD, eu não tinha conhecimento; o meu primeiro contato, em relação à GFD, dizia que a GFD era uma empresa que ia comprar empresas, recuperá-las e vendê-las. Inclusive ela já tinha na ocasião a Marsans, o Grupo Marsans. Depois de algum tempo eu percebi que isso se desvirtuava um pouco, e até então eu conhecia o... Olhem, vou ser sincera: eu nem tinha ideia da dimensão dos negócios de Alberto no passado. Então, a partir do momento em que eu comecei a prestar serviços e soube de quem era a empresa foi que eu acabei sabendo quem era Alberto. Por três ocasiões eu tentei me desligar da empresa. As



três ocasiões estão documentadas. E na primeira vez fazia pouco tempo que eu prestava serviços; eles disseram que não, eu não estava entendendo bem, e eu achei que aquelas práticas não seriam comuns. Na segunda vez nós tivemos um problema e eu pedi para sair, e não foi... O meu pedido para sair não foi bem recebido, e eu acabei ficando. Foi em março de 2013. Em setembro de 2013 eu documentei a minha saída como prestadora de serviços e Alberto me chamou para conversar também, e não foi bem recebido esse meu pedido, e eu acabei ficando. Então, quando eu decidi ir até a Polícia Federal e falar, foi uma decisão pensada. Então, o senhor me pergunta por que só agora, por que em julho, e não em março; em março, no dia 17 de março, quando aconteceu a Operação Lava Jato, é claro, a gente leva um tempo pra assimilar tudo que estava acontecendo. Então, no dia 17, independentemente de qualquer coisa, de qualquer ato que os envolvidos tenham praticado, eu tenho amigos ali; então, eu tinha amigos, e tenho inclusive um amigo que ainda está preso. Independentemente do que ele tenha feito, ele é meu amigo, e levou um tempo para que eu pudesse assimilar tudo isso. Depois ainda houve trabalhos, e trabalhos... Eu digo, não foi nenhum trabalho ilícito; precisava-se desocupar o imóvel que eles ocupavam, porque os terceiros envolvidos não podem pagar a conta, Deputado. Então, o dono do imóvel precisava receber, a gente precisava desocupar aquilo; enfim, então houve alguns trabalhos mesmo, para desvincular esses terceiros de boa fé, e tudo isso eu fui fazendo, e aí... Até que chegou uma hora em que eu consegui parar. Eu tenho família, eu tenho filhos; enfim, eu consegui parar, e cheguei à conclusão de que eu teria de falar. Não foi... Eu vi muitas coisas nesse tempo, entre 17 de março e 23 de julho, que foi a data em que fui à sede da Polícia Federal. Eu vi e ouvi muitas coisas que me deixaram estarecida, e foi por isso que eu decidi ir até a Polícia Federal e falar.

O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - E a senhora requisitou proteção à Polícia?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - A Polícia Federal me ofereceu proteção. Estes últimos dias têm sido dias bem difíceis, porque...

O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - A senhora tem sofrido ameaça de alguém?



A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não, Deputado. Eu não estou conseguindo ir para o meu escritório. *(Risos.)* Em relação à imprensa, eu tive...

O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - A senhora está com medo? Tem medo?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Hum... Não. Eu tenho de acreditar que, embora essas pessoas tenham feito o que fizeram, elas não podem ser pessoas tão enlouquecidas assim, ensandecidas, não é? Eu acredito que isso tudo vai se resolver de uma forma jurídica, judicial. Então...

O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - A senhora é especialista na área contábil.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim.

O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - A senhora sabe quantificar, pelo menos assim... — mesmo que não tenha passado tudo pela senhora, e não passou —, o quantitativo de recursos, de transações, envolvendo aí, no caso específico, o Sr. Argôlo, que é investigado por este Conselho?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - No caso do Deputado Luiz Argôlo, que tenha passado por mim, pela minha empresa, que eu posso afirmar, passou um pouco mais de 1 milhão de reais. Além disso, eu sei que passaram outros valores, mas não que tenham passado pela minha empresa.

O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - No depoimento da Polícia Federal a senhora cita outros Deputados?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim.

O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - Cita. Não quer fazê-lo aqui?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não. Eu preferia deixar vir para o... Falar sobre o que eu vim falar, não é? *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - A senhora acha que o aprofundamento dessas investigações, na observação, nessa trama, chegaria à PETROBRAS?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - *(Pausa.)* Deputado, eu acredito que sim, mas eu preferia também falar desse assunto um pouco depois.

O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - Não dá para desenvolver por que o sim?



A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Eu acho que a própria investigação da Polícia Federal... Foi uma investigação incrível até. O Deputado tem aí um mapa, que achei bem bacana. A Polícia Federal conseguiu desvendar tudo isso; foi um trabalho maravilhoso, não é? Então, que eu acredito que pelas investigações da Polícia Federal vocês possam ter respostas bem melhores.

O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - Voltando ao Sr. Manuelito, que a senhora cita aqui, ele é o irmão ou o pai do Deputado Federal Luiz Argôlo?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não sei, Deputado. Agora eu não me lembro. Só me lembro de Manuelito Argôlo. Mas eu tenho a cópia do documento. Não tenho aqui, mas vou enviar para vocês.

O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - Qual o valor transferido ao Manuelito?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sessenta mil reais.

O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - Qual a justificativa? Tinha justificativa?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não, não tinha justificativa. Ele só me pedia para que fosse feito e me passava o número da conta, e pedia que fosse feita a TED.

O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - E foi passado só a Manuelito, não sei se a senhora já respondeu, ou a algum outro parente também do Deputado Luiz Argôlo?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Por mim, só a Manuelito.

O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - Só a Manuelito?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim.

O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - A senhora... Qual é a relação entre o Sr. João Procópio e Alberto Youssef?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sr. João era também funcionário da GFD. Eles já tinham uma relação de longas datas, porque é cunhado...

O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - Ele era funcionário de que forma? Era contratado? E como ele recebia?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Bom, o Sr. João é cunhado de... Eu não... Parece que é do presidente do Conselho da Camargo Corrêa, e foi a



pedido do cunhado dele que Alberto o empregou. Então, ele foi para a GFD sem uma função muito definida; depois dizia-se que ele era a pessoa que ia fazer relacionamentos. Eu nunca entendi exatamente o que ele fazia lá. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - A senhora acha que ele participava diretamente, na função, do esquema de lavagem de dinheiro nessas transações?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Diretamente não, Deputado. Diretamente, Alberto tinha... Esse núcleo, esse contato direto era mesmo só dele. Então, diretamente as pessoas que estavam ali não participavam. Podiam ajudar.

O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - Sr. Presidente, só uma última pergunta, já com a tolerância de V.Exa., e rápida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Pois não.

O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - O tesoureiro do PT esteve lá na empresa. A senhora não soube do fato? Não o conhece? Disse já que não o conhece, só pela imprensa.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim. Eu soube hoje pela imprensa. Eu li hoje.

O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - Pela imprensa? Não soube que ele esteve lá, que ele tinha relação com Youssef?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não. Eu nunca o vi lá. Eu nem sabia que ele tinha relação com Alberto.

O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - O.k. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Dona Meire, só para tirar uma dúvida: a senhora só quer falar sobre esse fato porque foi convidada para falar desse fato; se a senhora voltar a ser convidada para falar de outros fatos, a senhora viria a esta Casa?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim, viria. Viria, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Então, a senhora só fala hoje sobre esse fato porque foi especificamente convidada para esse fato?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Se for convidada para outros fatos relacionados a isso, a senhora voltaria a esta...?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Volto sim, sem problema.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Srs. Deputados, está aí a resposta de Dona Meire. Ela poderá voltar a esta Casa se sobre outros fatos relacionados a esse outros Parlamentares quiserem perguntar, ela estaria disposta a voltar a esta Casa, portanto...

E aqui eu vou fazer, se me permitem aqui, porque essas coisas... Deputada Rosane, V.Exa. permite que eu faça uma inversão? É que há um fato importante, e eu gostaria de fazer uma inversão, botar Júlio Delgado na frente da senhora. A senhora se incomodaria? Ou a senhora está com pressa? Se estiver com pressa e quiser falar logo...

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Não. É que as minhas perguntas são pontuais, e eu não me estenderei. Eu sempre sou muito assertiva e objetiva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu sei. Eu conheço o seu trabalho aqui. É porque tinha uma... Mas tudo bem, vamos ouvir a senhora.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Se o senhor acha que isso será muito interessante para o andamento dos trabalhos, eu abro mão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Não, por favor. Vamos... As mulheres sempre têm preferência.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Que bom, que bom que seja assim. Muito rapidamente, Sra. Meire, no início do seu depoimento a senhora citou duas vezes uma situação envolvendo o grande moinho cearense.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - A senhora tem noção de que se trata de uma empresa que faz parte do grupo controlado por Carlos Francisco Ribeiro Jereissati?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim, eu soube disso.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Soube disso, não é?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Não, isso é só para que a gente tenha o entendimento do alcance das operações que nós estamos questionando e aonde elas chegam...

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Perfeito.



A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - ...a que parte do Governo, aonde elas chegam. Eu também quero fazer uma pergunta: a senhora leu a entrevista da revista *Veja* na íntegra, e com atenção?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Li, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - E elas condizem com a realidade dos fatos?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Deputada, alguma coisa foi realmente exagerada. Houve um pouquinho de exagero. Eu vou lhe dizer assim: que 90% sim.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Noventa por cento sim. Em que momento a revista exagera?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Tem dois pontos, acho que são os dois pontos principais; os demais, não. Primeiro, a revista exagerou... Na verdade, são três pontos. A primeira coisa em que a revista exagerou: quando diz, dessas operações, que eram direcionadas, o fundo era direcionado ao PT, isso não é verdade. O que eu disse foi o seguinte: Alberto me dizia que tinha uma facilidade muito grande de entrar nas Prefeituras onde estaria o PT.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - *O.k.*

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Isso não quer dizer que tenha sido feita alguma operação para o fundo em Prefeituras do PT, certo?

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - *O.k.*

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Então, esse é um ponto. Outro ponto que não ficou claro: quando ela cita o Deputado Vacarezza e diz que o assessor do Deputado me procurou, isso é fato; procurou, sim, mas não para direcionar uma operação para o fundo, que já era do Beto. Então, isso... Não foi assim que aconteceu. É um pouco diferente. E depois ela cita, em algum momento, que eu teria dito que as operações, se não me falha a memória, Deputada, as operações da Camargo Corrêa eram operações de Paulo Roberto, alguma coisa assim. Acho que o Deputado está com a revista. Acho que... É isso mesmo, Deputado? Desculpe, ele cita isso? Isso também... Não foi isso que eu disse. Então, são esses três pontos.



A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Então, do que foi veiculado pela revista, 90% são exatamente o retrato da realidade que nós vivemos.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - E 10%, pontualmente, isso.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - É um pequeno exagero.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Eu falo nisso porque, neste momento, tudo que eu tenho — eu ainda não tive acesso, nós não tivemos acesso ao seu depoimento na Polícia Federal —, tudo que nós temos é a revista, como o órgão denunciador de todo esse trabalho e do seu envolvimento.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Eu queria que a senhora deixasse mais uma vez claro o que a levou a dar a entrevista, como a senhora foi buscada.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Na verdade, eu não ia dar entrevista, Deputada. Foi uma coisa que aconteceu, até pela minha simpatia...

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Que bom que a senhora deu!

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - ...pela minha simpatia com a revista *Veja*; o jornalista me ligou, nós fomos tomar um café; nós fomos tomar um café, e quando ele me ligou novamente... A minha entrevista seria num outro dia, mas quando eu estava na Polícia Federal, estava prestando depoimento, o Delegado titular da Superintendência do Paraná me chamou e disse que estava havendo bastante assédio da imprensa lá, na Polícia Federal, porque já tinha... A imprensa já tinha alguns depoimentos meus que tinham sido prestados anteriormente.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - O.k.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Então, ele me falou sobre isso, disse que estava havendo bastante procura da imprensa, e daí, em seguida, à noite me ligou o jornalista da *Veja*, Robson. Ele disse: *“Meire, eu tenho que soltar a matéria porque toda a imprensa vai soltar uma parte, e eu tenho que soltar”*. E daí eu autorizei que ele soltasse, mesmo sem ter feito a entrevista, em que nós falaríamos de alguns outros detalhes.



A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - *O.k.* Minha última pergunta é: a senhora também trabalhava com... Foi a senhora quem habilitou a Labogen? Foi o seu escritório?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não, não foi o meu escritório.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - A senhora tem alguma relação com a Labogen?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Nenhuma. A Labogen era uma empresa que já existia. Eu conheço Leonardo. A Labogen existia antes de Leonardo conhecer Alberto, mas eu não tenho... Não fiz nenhum trabalho para a Labogen.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Nenhuma relação com a Labogen. Sr. Presidente, eu consulto V.Exa. sobre se no decorrer dos nossos trabalhos eu terei oportunidade de fazer uso da palavra mais uma vez, para algumas considerações?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Certamente.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Está *o.k.* Muito obrigada. Muito obrigada, Sra. Meire. A senhora está prestando um grande serviço ao nosso País.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Obrigada.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Nós temos de ter noção que nós estamos trabalhando em cima de uma questão que desvia recursos de quem mais precisa de políticas públicas eficientes, eficazes, que mudem a história de desigualdades que nós temos aí. Então, eu gostaria que a senhora não recuasse em momento algum, e que a senhora tivesse consciência do grande trabalho não só para o decoro parlamentar desta Casa, mas para a nossa sociedade como um todo. Muito obrigada.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - A senhora disse que autorizou soltarem a entrevista, mesmo não tendo falado das coisas de que queria falar.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - E que coisas eram essas de que a senhora queria falar? Pode falar aqui?



A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Bom, Deputado, uma parte até vocês já têm, isso já foi veiculado na mídia, na Rede Globo, que foi esse... O precatório, o caso do precatório do Maranhão. Eu acho que principalmente sobre isso eu teria conversado com o jornalista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - E isso não foi citado na reportagem?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não, não foi citado porque não tinha sido uma... Nós conversamos, e eu detalharia mais, eu daria uma entrevista, e acabou não dando tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Júlio Delgado, tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sra. Meire, primeiro, quero agradecer-lhe a presença. Antes de entrar nas perguntas propriamente ditas, eu quero fazer um esclarecimento. Estava conversando aqui com o Líder Rubens, que está inteirando-se, que tem a prerrogativa de falar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Deputado Júlio Delgado, permita-me interrompê-lo um instante; vou pedir ao Deputado Izalci que tome meu lugar por breves instantes.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Esse era o motivo por que o senhor estava querendo inverter a minha palavra com a da Sra. Rosane, não é isso? (*Risos.*) Porque eu não pedi isso, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Araújo) - Eu queria ouvir V.Exa., mas vou ouvir a gravação, com certeza. (*Risos.*) Mas eu fiquei feliz de ouvir também as perguntas de Rosane.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - É, da Deputada. Mas, Sra. Meire, quero dizer claramente que... Estava conversando aqui um pouco com o Deputado Izalci, com o Deputado Rubens, e eu vou comentar aqui um pouco da questão prática nossa. Isso não tem nada a ver com o depoimento de V.Sa. aqui hoje, no caso de Luiz Argôlo.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O seu depoimento à revista *Veja*, e neste momento, ele só por si — eu sei que a senhora disse que queria falar mais —,



ele por si só daria uma CPI exclusiva. Nós não temos tempo hábil de fazer isso. Nós estamos a 50 dias, por exemplo, de um processo eleitoral, estamos num recesso branco na Casa, não votamos, com esforço ou não, e a gente bota para depois, e os efeitos disso vão ser sentidos ali, nas eleições. Poderíamos aqui analisar, porque há uma CPI do Senado, chapa branca, que não vai chamá-la nunca. Esqueça! Ali não há interesse de convidá-la. Eu, o Deputado Izalci, o Deputado Rubens e outros aqui, o próprio Deputado José Carlos, o Deputado Marcos Rogério, somos membros da CPMI, da CPI Mista, a que ocorre no Senado. Não há também reunião para aprovação de requerimentos para convidá-la para ir lá. E eu estou falando disso tudo para dizer, na prática, que nós temos oportunidades de ouvi-la e que V.Sa. pode contribuir para o Brasil, como disse aqui, e eu respeito muito, acho que o advogado foi sensato quando disse: *“Ah, há fatos que a senhora está colocando aí que não são afetos ao Sr. Luiz Argôlo”*.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Que já estão... De certa forma, já foram até discutidos e analisados. Então, eu gostaria de, com essa ciência, dizer: essas oportunidades serão poucas, e sendo poucas, com o tamanho da contribuição, nós queremos fazer a coisa certa, e direito, temos dificuldade de encontrar essas oportunidades, oportunidades como a que nós tivemos hoje, graças ao convite do Relator Marcos Rogério para que V.Sa. estivesse aqui, e está, por livre e espontânea vontade, prestando os esclarecimentos que podem ser muito mais conclusivos com relação ao Deputado Luiz Argôlo, mas que podem ser conclusivos com relação ao Parlamento e ao Brasil. Então, é com isso que eu gostaria de começar a de certa forma, levantar algumas questões, na ciência de que a senhora possa contribuir também um pouco mais, além do limite que lhe foi imposto no começo, como a senhora deixou claro agora com o Presidente, que foi muito sensato ao lhe perguntar sobre esta sua afirmação: *“A entrevista eu soltei porque não podia segurar, mas tinha mais coisa a dizer”*. Esse “mais coisa a dizer” já dá outra história, maior do que esta que nós estamos vivendo aqui até então.

Então, diante desses fatos, eu gostaria de lhe perguntar o seguinte, e vou começar pelo Deputado Luiz Argôlo, porque é o fato, é o motivo: V.Sa. sabia das



vindas frequentes de Alberto Youssef aqui a Brasília? Ele comunicava isso, relatava essas diversas vindas nesse período todo?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim, sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E quando vinha a Brasília ele ficava onde?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Em vários lugares, Deputado. Dependia de quem ele ia visitar. Às vezes ele ficava em hotéis. Ela não tinha um lugar fixo onde ficar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Porque houve muita conversa no processo, e já lhe antecipo, dizendo que, com relação ao processo que me cabe relatar, eu já proferi aqui o voto, e não posso alterar o meu voto em função disso, mas ele é... A instrução terminou, mas ele é elucidativo, porque os Deputados vão discutir e votar aquele relatório e o voto meu, que já está proferido, mas é só.

Nessas vindas frequentes, a senhora sabe de apartamentos de Deputados, inclusive do Deputado Luiz Argôlo, em que o Sr. Alberto Youssef tenha ficado?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Olhe, Deputado, que ele tenha dito para mim, uma vez, em uma conversa entre mim e ele, teria sido com o Deputado... Eu não sei nem se foi no apartamento, mas eu sei que ele se hospedou com o Deputado Andre Vargas.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E ele teria ficado... Porque, por coincidência, a gente diz aqui que o Deputado Andre, Argôlo e outros Deputados têm apartamentos funcionais, e eles moram no mesmo prédio. A senhora sabe desse, de Andre? Não sabe que ele tenha ficado no apartamento de Argôlo?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Que ele tenha me dito, não.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sim. Sobre essa fala final, que eu gostaria agora de encaixar, porque... Tirando as ressalvas, as três que V.Sa. fez, com relação à reportagem, a senhora confirma todas as declarações dadas à revista *Veja*, com relação aos personagens? Porque aqui tem personagens Deputados e Senadores envolvidos. Com relação a essas falas e envolvimentos, a senhora confirma essas falas todas?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Confirmando, é claro.



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu gostaria de saber, diante dessa confirmação, se... A senhora disse que houve uma questão da Camargo, outra questão do fundo do Beto, que a procuraram; o que é que era esse fundo do Beto? Eu não consegui...

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - É um fundo de investimentos para captação de recursos para a Marsans, um fundo de investimento em participações.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Mas, por exemplo, o assessor ou, não sei, o Deputado Vaccarezza a procurou para poder tirar desse fundo ou não mexer com ele?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não, não. Ele me procurou para fazer um investimento, mas não foi nesse fundo. Na verdade, esse fundo nem existia ainda.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Para fazer um outro tipo de investimento?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Das coisas de Alberto Youssef?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não, não. Então ele não me procurou. Depois, essa procura dele... Ele me procurou para um investimento do IGEPREV Tocantins. Foi feito um investimento do IGEPREV Tocantins num determinado fundo de investimentos, e isso fez com que posteriormente o IGEPREV fizesse um aporte no FIP, que é esse FIP da Marsans.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Nesse fundo da Marsans?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - É. Não houve uma procura direta do assessor do Deputado para dizer: "*Olhe, eu quero fazer negócio com o Alberto Youssef*". Nunca houve isso. Com o tempo, acabou-se fazendo negócio com esse fundo de investimentos que era de Alberto Youssef, mas a procura do assessor do Deputado por mim foi com...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Houve um negócio com fundos, e fundos de pensão?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - É, institutos de previdência, o Instituto de Previdência do Tocantins.



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O Relator, na inquirição que fez a V.Sa., perguntou justamente sobre esses fundos de pensão, esses fundos de pensão de alguns Municípios, que não prosperaram.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu lhe pergunto: estava-se iniciando uma negociação com um fundo de pensão pesado, nacional, que era a FUNCEF?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu lhe pergunto: esse assunto estava em curso, e não prosperaram os fundos de pensão municipais em função do estouro da Operação Lava a Jato, ou isso se deu de forma separada?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não, eram coisas separadas. Um era um fundo de investimentos e participações e outro era uma debênture. São duas coisas separadas.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Mas houve o acesso também ao fundo de pensão da FUNCEF para tentar intermediação, para trabalhar no fundo de pensão?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Houve.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Houve?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - É. A própria FUNCEF confirma isso, não é?

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E quem intermediou esse contato?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Alberto.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Com quem?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Eu... Deputado, eu seria leviana se lhe afirmasse o caso da FUNCEF, certo? No do POSTALIS, foi ele quem me contou que uma ponta foi intermediada pelo Deputado Andre Vargas.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Como contadora, como era a sua avaliação das empresas adquiridas por Beto, empresas falidas ou empresas insolventes? Como existiam?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Alberto não avaliava a empresa. Ele comprava por um motivo: porque era uma compra direcionada. Alguém dizia a



ele: *“Compre isso porque vai acontecer aquilo”*. Ele comprava primeiro e olhava depois.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Mesmo se elas devessem muito?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Mesmo se elas devessem muito,

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - A senhora tinha conhecimento de que essas empresas, várias delas, aportavam recursos de divisas para fazer aquela compensação — de que foi fruto até a Operação Lava Jato — de remessa de recursos para o exterior?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Eu tinha conhecimento...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Nessa compensação financeira alguém tinha que pagar em dólar no Brasil; em vez de fazer isso, essa operação era feita pela empresa para pagar lá fora, e lá fora o dinheiro era dividido entre aqueles?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Tinha conhecimento disso?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Tinha.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Então, nesse processo todo, que foi o motivo da Operação Lava Jato, volto a dizer, de estouro, por causa de uma operação, verdadeiramente, como V.Sa. disse aí, do que existia Alberto era um banco? Ele operava com a rede de doleiros justamente para que funcionasse um esquema de compensação fora do Brasil e dentro do Brasil?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E essas empresas eram utilizadas, com ressalva daquelas que a senhora disse que são as empresas que tinham algum trabalho efetivamente, a Marsans e...

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - A Malga.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Malga. É isso?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - É. Algumas... A GFD, por exemplo, nunca mandou dinheiro para fora. Então, teria que se pontuar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Certo. E, por último, a senhora disse que Alberto lhe disse, certa feita, que tinha facilidades com Prefeituras do PT.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim.



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Na sua entrevista, fala de relação com outros partidos; tinha a mesma relação com o PT e com o partido de Luiz Argôlo à época?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Deputado, Alberto... Eu conversava muito com ele. Ele tinha vários contatos, vários contatos políticos. O que eu disse ao jornalista foi num momento em que falávamos do PT. Então, foi uma das coisas de que ele me falou: que ele tinha uma grande facilidade de entrar em Prefeituras do PT; mas, por exemplo, ele tinha ótimo contato no PP.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Tem com algum outro partido mais forte, assim? Com PT e PP tinha essa relação, é o que ele dizia?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - É, onde ele tinha melhores relações.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu soube, nesse processo todo de instrução, que no começo de 2013 houve uma... No começo do mandato, em 2012, V.Sa. já prestava assessoria, e ouve um evento aqui do PP do qual Alberto fez parte, com um relacionamento com os Deputados da bancada. A senhora teve conhecimento desse evento?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não me lembro. Não me lembro.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E, tirando o PP e o PT, ele dizia de algum outro partido como uma coisa mais consistente?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Com convicção, não. Ele conhecia outros políticos, mas os que citava mais eram os dois partidos.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E em conhecer esses outros políticos... Eu, por último, mais uma vez, terminando pela insistência, queria que V.Sa. contribuísse para a nossa Casa, e para o Parlamento, e para a representação que fazemos do povo brasileiro, agora como cidadã, para que a gente possa ter a elucidação, porque se a senhora diz que volta aqui na semana que vem nós vamos ouvi-la, para falar dos outros, mas eu digo que nós temos pouco tempo para ajudar a esclarecer a sociedade brasileira.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Deputado, quando eu procurei a Polícia Federal, foram seis ou sete dias em que eu prestei depoimento na Superintendência, e eu detalhei tudo isso. Os meus depoimentos são públicos.



Então, assim, eu acho que agora eu não teria material para a gente mostrar. Eu não quero falar de nada que eu não tenha já em mente, que eu não tenha um documento para lhe apresentar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Essa documentação fornecida à Polícia Federal, a senhora pode nos fornecer?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Nem tudo eu tenho cópias, porque a Polícia Federal ficou, de fato, com os originais. Uma coisa ou outra eu tenho cópia. Como a Polícia Federal está com o HD do meu computador, enfim... Então, o que eu tiver cópia, eu posso lhe fornecer.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu lhe agradeço o carinho e a atenção para com este Conselho. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Bem, antes de passar para os... Agora são as inscrições dos não membros, mas eu gostaria também de reforçar... O Deputado Júlio fez um apelo. Apesar de ter já protocolizado o requerimento, a convocação pela CPMI de V.Sa., é muito difícil, realmente, com a base grande que existe aqui no Congresso, a gente conseguir aprovar, porque a Oposição tem um número muito menor. Acho que este momento é, realmente, um momento ímpar para a gente passar isso a limpo, e eu pediria a V.Sa., na medida do possível, mesmo que não tenha os documentos, mas que pudesse também esclarecer outros pontos. Acho que nós teríamos aí grandes oportunidades até para dar continuidade aos nossos trabalhos na CPMI.

Então, V.Sa. começou a falar um pouquinho sobre a questão dos precatórios do Maranhão, por exemplo, mas eu acho que tem muita informação que V.Sa. poderia dar que, com certeza, contribuiria muito para desvendar esse mistério em que nós já estamos caminhando, mas V.Sa. poderia contribuir mais, se possível. Realmente, eu faria esse apelo a V.Sa.

Passaria imediatamente a palavra ao primeiro inscrito não membro, o Deputado Rubens Bueno, do PPS.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, primeiramente, quero agradecer à Sra. Meire Poza a disposição em estar aqui no Conselho de Ética. Eu estou me lembrando aqui de 2 anos atrás, quando nós estávamos na CPMI do



Cachoeira. Ali estávamos trabalhando exatamente no período eleitoral, e toda quarta-feira nós vínhamos aqui para cumprir o nosso papel na CPMI do Cachoeira.

Eu me lembro também de que muito do que ficou ali, do que parou no ar, foi porque nós chegamos a um ponto em que todo o aparelho de corrupção montado pelo Governo do PT, todo o aparelho de corrupção montado pelos Governos do PT e consolidado pela Presidente Dilma, esse aparelho todo não fez (*sic*) com que chegássemos ao final da CPMI. Por quê? Porque começou a chegar exatamente na campanha de 2010, o financiamento da campanha da então candidata Dilma, em 2010. Aí a CPMI simplesmente desapareceu.

Mas, de qualquer maneira, nós conseguimos aprovar, ao final, um relatório, encaminhando à Polícia Federal e ao Ministério Público toda a documentação que nós tínhamos ali em nosso poder. A partir daí, as coisas começaram a caminhar. Eu me lembro de MO, me lembro dessas empresas todas, mas quando começamos a mexer, infelizmente...

O grande problema, Sra. Meire, é que nós no Brasil não vamos sair desse emaranhado permanente de corrupção, de política com corrupção e governo com corrupção... Isso faz com que o desrespeito nacional tome conta das discussões políticas do País enquanto não fizermos a CPI das empreiteiras. É só ver o que aconteceu com a PETROBRAS, o que está acontecendo com a PETROBRAS: Pasadena, Abreu e Lima; é só ver com as obras do Governo Federal; é só ver o então Diretor do DNIT, quando lá foi o tesoureiro da campanha da candidata Dilma buscar dinheiro e exigindo que se desse a relação das empresas, os valores a serem arrecadados. Então, diante de tudo isso e lá...

Quando eu vi a reportagem da revista, no final de semana, eu falei: *“Tem brasileiros e tem brasileiras dispostos a ajudar o País a sair desse atraso de corrupção que tomou conta dos governos do PT”*, o que faz com que todos nós sejamos nivelados por baixo — com que todos nós sejamos nivelados por baixo — dado a esse aparelho monstruoso que tomou conta da corrupção no País, que é o aparelho petista de governo.

Então, quero só perguntar à senhora... Fiquei muito satisfeito com suas declarações. Aqui tem a questão do Luiz Argôlo, que já foi falada, da troca de 1.400



mensagens com ele, etc. Qual era o papel do Argôlo nas empresas de Youssef? A senhora tem conhecimento de qual era o papel dele?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Na Malga, ele... Veja, Deputado, isso foram conversas lá dentro do escritório. Então, que na Malga ele faria os contatos comerciais para a contratação de obras.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Mas isso aí intermediava negócios com governos?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Eles estavam com uma obra em Salvador. Eu não acompanhava o detalhe. Eu não sei dizer que obra era, mas eles estavam com uma obra. Parece-me que já havia tido outra obra que foi através de um trabalho dele; ele intermediou a contratação...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - A Malga fazendo ou era subempreitada de uma empreiteira?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não sei lhe responder, Deputado. Desculpe-me, mas não sei lhe responder.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Além da Malga, a senhora se lembra de algum contrato de subempreitada que o Luiz Argôlo facilitou?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Não se lembra.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não. Não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Aí é uma outra questão. Também é importante saber se ele recebia dinheiro de outros esquemas que o doleiro tinha. Ele, Argôlo, recebia dinheiro de outros esquemas de Youssef, ou só através da Malga?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Veja, Deputado, ele recebia recursos do Alberto, independente do trabalho que ele fazia na Malga. Eu citei o exemplo dessas duas empresas — Grande Moinho Cearense e M. Dias Branco — que enviaram um pouco mais de 1 milhão de reais. Parte desse dinheiro teria ido para o Deputado. Isso é o que eu tenho conhecimento. Eu não sei se ele recebia de outras fontes. Eu não entendi bem a sua pergunta.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Mas o que eu gostaria de saber é se Argôlo era um sócio, mesmo oculto, dessa empresa Malga; se tinha...



A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Da Malga, sim.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Da Malga, sim. Sócio com Youssef?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sócio com Youssef. E, evidentemente, que... E aí tem um dado interessante, é que utilizava toda a estrutura da Câmara — passagens, etc. — para viajar em busca desses negócios.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Isso eu tive conhecimento pela imprensa.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Muito bem.

Eu também gostaria, se a senhora pudesse me apontar, de saber se nesse esquema todo havia como detalhar esse dinheiro, se era lavado no exterior. Como ele funcionava? Saía daqui, via uma empresa fantasma, ia para o exterior e voltava? A senhora tem...

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Então, Deputado, por isso que o ideal seria até se falar depois disso, porque o Beto... Entenda, o Beto é como se ele fosse uma caixa grandona e vai se colocando tudo ali dentro e depois vai se tirando tudo ali de dentro. O senhor está entendendo?

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sim, eu estou entendendo.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não tinha uma regra. Não há uma regra.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sim, estou entendendo. Era de acordo com a ocasião e a situação.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Mas aí tinha dinheiro no exterior?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Tinha dinheiro no exterior.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Tinha dinheiro no exterior. A senhora sabe de contas em algum lugar, números, alguma coisa?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Então, Deputado, eu não sei números de contas...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Em algum lugar, em algum país?



A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - ... mas eu sei que existem as contas... Bom, foi público também as contas na Suíça, em nome do Sr. João Procópio...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Só na Suíça?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Eu acredito que tenha outras contas, mas daí eu prefiro que isso venha pela investigação da Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - É, porque eu estou aqui dentro do que está aqui, a reunião...

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não, eu sei, claro, claro...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - ... do Deputado Argôlo que é importante para a Casa, para todos nós.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim, sim, eu entendo Deputado. É que eu não vou... Eu acho que isso faz parte da investigação da Polícia Federal, e talvez eu não possa me antecipar a isso. Eu acho que o ideal mesmo é que essas informações venham da Superintendência da Polícia Federal, até porque eu vou falar alguma coisa e não vou poder concluir, não vou ter base para lhe contar uma história inteira.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - A senhora quer dizer que a investigação vai concluir isto?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Ah, sim, com certeza.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Muito bem. Eu falei lá da CPMI do Cachoeira e voltou a MO novamente.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - E a MO e GDF Investimentos eram empreiteiras que prestavam serviço realmente?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não. Desculpe, a MO e a GFD.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - GFD.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - A GFD não era uma empreiteira. A GFD era uma *holding* mista; era uma empresa de investimentos e que também podia prestar serviços.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Serviços para empreiteiras?



A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não só para empreiteiras. Na verdade, isso era o que estava no objetivo social. Ela nunca prestou nenhum tipo de serviço. Ela não tinha quadro.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Era só...

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - O que ela fazia de fato eram esses investimentos em outras empresas. A GFD tem investimentos em outras empresas. Ela tem os hotéis; ela tem a Web Hotéis, tem a Marsans...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - A MO, por exemplo, ela...

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - A MO não é uma empresa da GFD, e a MO não é uma empresa do Alberto. A MO já existia. Então, quando a gente fala até da CPI do Cachoeira, a MO já existia, e essa operação em que o Seu Waldomiro entra na CPI do Cachoeira, isso já não tinha a ver com o Alberto. Foi até uma fase em que o Alberto ficou muito bravo com ele, porque ele tinha feito essa operação para a Delta, se não me engano. Então, a MO não era uma empresa do Alberto; era uma empresa do Seu Waldomiro, e o Seu Waldomiro emitia notas para o Alberto, a pedido do Alberto, e recebia por isso.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Recebia, mas aí é um fato que chama a atenção. Por serviços inexistentes?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim, por serviços inexistentes.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Por serviços inexistentes. Eu acho que isso é fundamental. E com quem ficavam os recursos da MO? Como é que... Isso ia para aquela caixa?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Ia para aquela caixa grandona.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Para distribuir?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - A senhora não sabe dizer para quem era repassado? A senhora já disse alguns casos.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim, mas eu não saberia lhe dizer para todos. Esse dinheiro da MO, normalmente, Deputado, era entregue para o Beto. Os saques, que eram feitos em dinheiro, eram entregues para o próprio Alberto. Ele mesmo, dinheiro vivo, era ele quem dava destinação.



O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - A informação que tem é que Luiz Argôlo é acusado de ter ajudado Youssef na relação com a PETROBRAS. A senhora tem conhecimento? Quais as pessoas lá na empresa...?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não, eu não tenho conhecimento de que o Deputado Luiz Argôlo tenha feito esse contato na PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Em nenhum momento?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não, não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - A senhora é dona da Arbor Consultoria Contábil, não é?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Isso. Sim.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Havia outras empresas que prestavam o mesmo serviço para Youssef?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Emissão de notas?

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sim.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não. Não que eu tenha conhecimento.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Mesmo a assessoria contábil para empresas, a senhora não tem conhecimento?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Igual a sua, igual a sua.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não, não tenho conhecimento de que havia outras empresas.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Era só a sua que prestava...?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Veja só: o senhor está me perguntando em relação a prestação de serviços efetivos?

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sim, efetivos.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não. Existia... A Marsans, por exemplo, tinha um contador próprio, que trabalhava lá na Marsans. Eu fazia a contabilidade da *holding* da Marsans aqui em São Paulo. A Marsans é no Rio de Janeiro, e eles tinham um contador próprio. A Labogen tinha um contador próprio. Eu fazia a contabilidade da empresa principal, que era a GFD, então eu recebia informações de outros contadores para poder fechar o balanço da GFD.



O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Bom, Sr. Presidente, eu estou recebendo uma notícia aqui — e gostaria de confirmar ou não — de um acidente de helicóptero com o candidato a Presidente Eduardo Campos.

(Não identificado) - *(Fora do microfone)* De avião.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - De avião?

(Não identificado) - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)* Ele viajava do Rio para o Guarujá.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Do Rio para o Guarujá.

Então, eu gostaria só de pedir à Casa que ela própria procurasse obter melhores informações, porque é um caso que chama a atenção aqui e nós temos que tomar todo o cuidado para que isso não seja algo tão grave assim.

Nós aprovamos, D. Meire Poza, um requerimento na CPMI da PETROBRAS...

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - ... convocando a senhora. A senhora estaria disposta, o quanto antes, a vir à CPMI?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim, assim que eu for convocada.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Eu estou dizendo isso, com tranquilidade, porque nós vamos ter reunião daqui a pouco da CPMI, e nós gostaríamos de levar a sua boa vontade de estar lá o quanto antes, para não ter aquela coisa “*não, deixa para semana que vem, para o mês que vem*”, e para que saibam que a senhora quer ajudar a CPMI e, sobretudo, quer ajudar o País. Era esse o compromisso que eu gostaria de levar hoje à tarde para a reunião.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - A senhora concorda?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Desculpe, não para ir hoje.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Não, não, evidente.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Claro.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - O quanto antes?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim, posso ir.



O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Então, Sr. Presidente, eu encerro aqui, agradecendo por esta oportunidade. E fica claro, nós estamos debatendo, não bastou o mensalão, não bastou o Supremo Tribunal Federal condenar as principais figuras — o Presidente do PT, o Tesoureiro do PT, o Chefe da Casa Civil do Governo do PT. Não bastou isso tudo e continua a mesma corrupção nos governos do PT, o que é muito lamentável.

A senhora presta um serviço não só para acabar neste governo, mas em todos os governos, com corrupção. Esta é uma contribuição que o País precisa passar a limpo. Com certeza, a senhora está escrevendo o seu nome na história do País.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Muito bem. Ainda há uma inscrição, a do Deputado Marcio Junqueira. *(Pausa.)*

Deputado Marcio Junqueira está ausente do plenário.

Então, eu indago ao Sr. Relator se deseja fazer mais questionamentos.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sim, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, apenas alguns questionamentos que surgiram a partir das declarações feitas com a participação dos nobres Deputados.

V.Sa. falou sobre o Grande Moinho Cearense...

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - ... e a M. Dias Branco.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - A pergunta objetiva é: a quem pertencem essas duas empresas que têm sede em Fortaleza?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Eu não sei a quem pertencem, Deputado. Eu sei que quem intermediou essa operação, essa emissão de notas foi o Deputado Luiz Argôlo.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O.k. Disse que Alberto Youssef era um grande banco, logo no início da sua fala...

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim.



O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - ... aqui questionado por este Relator. Algum agente que teve dinheiro emprestado por ele pagou, devolveu? Isso entrou na contabilidade?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não. Veja só, a contabilidade que eu fazia era a contabilidade da empresa.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O.k.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não é? O Alberto, ele tinha uma contabilidade do dinheiro dele. Está certo? Eu não tenho conhecimento de que ele tenha feito empréstimos para determinada pessoa. Ele mandava dinheiro, recebia dinheiro...

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Eu só estou perguntando isso para ficar claro que esse grande banco seria um banco de saída.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Exatamente. Muito mais...

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - E não...

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim, sim.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - ... um empréstimo formal.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O.k. As relações entre o Deputado Luiz Argôlo e o Sr. Alberto Youssef, para V.Sa., era uma relação de negócios lícitos ou criminosos?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Deputado, é difícil... Quer dizer, não é que é difícil responder. (*Pausa.*) Eu vou ter que responder que eram negócios ilícitos.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O.k., Sr. Presidente. Objetivamente, não farei mais perguntas. Apenas gostaria de agradecer, por esta relatoria, a presença da convidada, Meire, a este Conselho de Ética. Obviamente que este Relator se limitará ao aproveitamento das informações por ela prestadas a este Conselho relativas ao caso do Deputado Luiz Argôlo.

De sorte que agradeço a grande contribuição que dá ao Parlamento e a este Conselho de Ética no esclarecimento de pontos importantes das duas representações que constam neste Conselho e que a mim foi atribuída a relatoria.

Muito obrigado a V.Sa. Esta Casa agradece e o País também.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Indago a Deputada Rosane, que disse que gostaria ainda de fazer algumas considerações...

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Eu declino, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Deputado Cesar Colnago.

O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - Com a permissão da Mesa, quero fazer uma última pergunta. Eu perguntei sobre o montante das transações do Argôlo com o Youssef...

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim.

O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - ... mas que tenha passado na empresa da senhora. A senhora tem? E qual é esse volume?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Sim. Um pouco mais de 1 milhão de reais, que tenha passado pela minha empresa, o ano...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Seriam todas as empresas?

O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - Em todas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Então, todas as empresas?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Em todas, eu não sei. Em todas, eu não sei lhe responder, não.

O SR. DEPUTADO CESAR COLNAGO - O.k. Eu quero agradecer pela contribuição de V.Sa. a esta Casa e à população brasileira.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Obrigada, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Antes, só, de passar a palavra ao advogado, eu queria... Tem uma entrevista, em 2010, feita pelo Deputado Luiz Argôlo. Perguntado sobre a questão da Bahia, ele disse assim:

“O modelo Wagner é outro. Nós fomos o deputado que articulou a vinda do PP para bases governistas, os primeiros a sentar com ele, em meados de novembro de 2006, na residência dele”.

V.Sa. viu algum comentário sobre essa questão do PP, do Luiz Argôlo, articulação do PP com o Governo em termos de contrapartida, em termos de facilidade, como a gente percebe nessas negociações com as empresas? Algum comentário do Luiz Argôlo?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não, não. Não vi.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Não viu.

V.Sa. quer falar ainda a questão dos precatórios, que começou...

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Seria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - ... no Maranhão?

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - É um assunto bastante extenso, Deputado. É bem extenso o assunto. Eu acredito que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Mas nós temos um tempinho aqui, ainda.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - ... numa outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - É? Prefere?

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, apenas solicitar, fazer dois pedidos: a convidada colocou à disposição do Conselho, na sua fala inicial, os TEDs que foram feitos, especialmente com relação ao Sr. Manoelito e a Sra. Élia da Hora.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Isso.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Indago de V.Sa. se esses documentos já estão em posse de V.Sa. ou se teriam que ser encaminhados ao Conselho e em que tempo.

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Não. Eu posso pedir para encaminhá-los, agora mesmo. Eu não os trouxe, mas já posso pedir para encaminhá-los.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - O.k. Então, eu faria apenas o pedido à Secretaria da Mesa para que providenciasse os meios para a obtenção desses expedientes, mais uma vez reiterando os agradecimentos à convidada, que muito contribui para com este Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Bem. Indago ao advogado Dr. Aluísio se deseja usar a palavra.

O SR. ALUÍSIO LUNDGREN CORRÊA RÉGIS - Sr. Presidente, eu não desejo. Eu tenho evitado, Deputado Izalci, enquanto não chega o processo do Supremo, de fazer qualquer questionamento. Eu arrolei com a... Pedi a substituição de uma das nossas testemunhas de defesa pela Dra. Meire ao final do processo. Fiquei, e a defesa do Deputado Argôlo, relativamente...



Por que eu fiz isso? Porque eu quero justamente separar, como disse desde o começo, o joio do trigo. Todas as perguntas que foram direcionadas aqui hoje, em sua grande maioria, eram relativas a outras situações que não envolvem o Deputado Argôlo. Por exemplo, pelo que eu percebi da testemunha, não havia relação do Deputado com a Labogen; não havia relação do Deputado Argôlo com a PETROBRAS. Foi isso aí que eu ouvi, não é, salvo engano...

A SRA. MEIRE BONFIM DA SILVA POZA - Que eu tenha conhecimento.

O SR. ALUÍSIO LUNDGREN CORRÊA RÉGIS - ... e que a senhora tenha conhecimento, claro, que a senhora tenha conhecimento.

Falou-se aqui sobre o caso da Malga e sobre o caso do Moinho Dias Branco. Não... Então, para nós, da defesa... Por exemplo, o depósito de 120 mil na conta do Sr. Vanilton, que eu, desde o começo, disse que não era verdadeiro, a testemunha também não tem conhecimento. Então, para mim, da defesa, o depoimento, hoje, foi bastante consistente. É claro que tem alguns pontos que a própria testemunha não tem conhecimento total. Mesmo para dizer — eu vi aqui — que as relações do Deputado com o Sr. Youssef seriam ilícitas, eu vi uma certa hesitação inicial da própria testemunha.

Então, eu vou reafirmar: as relações eram lícitas, e esses dados que a testemunha não tem conhecimento, no interrogatório do Deputado, eu vou esclarecer todos os pontos. Não quero fazer isso hoje porque eu não fiz com nenhuma testemunha e não quero misturar o meu cliente com caso de precatório do Maranhão, caso de PETROBRAS, caso de Labogen. Não. Vou esclarecer ao Conselho os pontos específicos e que carecem de esclarecimento em relação ao meu constituinte. Por isso que eu arrolei a Dra. Meire, agora, como minha testemunha de defesa, mas, ao final da instrução, quando se souber efetivamente... Hoje, tenho certeza, nenhum Deputado aqui mais vai questionar o Deputado Luiz Argôlo sobre PETROBRAS, sobre Labogen, sobre depósito de 120 mil na conta do Sr. Vanilton, que colocou, inclusive, os sigilos à disposição. Estamos prontos a colaborar.

Então, os pontos, mais ou menos, que o Deputado tem a esclarecer não envolvem Labogen, não envolvem PETROBRAS, não envolvem depósito de 120 mil na conta do Sr. Vanilton. Este foi o dado positivo, ao meu sentido, para a nossa



defesa da reunião de hoje. E os pontos que foram aqui, obviamente, negativos, no dia do interrogatório do Deputado eu prestarei os esclarecimentos de outras situações que, talvez, a Dra. Meire, com toda essa boa vontade, com toda essa seriedade que comparece aqui hoje, mas também não tem conhecimento de tudo. Não é? Algumas situações, por exemplo, quanto a entrega do dinheiro ao Deputado Argôlo, ela disse: "*Ficou para tal dia*". Mas no dia seguinte ela não estava presente, não presenciou esta... Pelo menos foi... Não foi isso, Deputado Izalci? Não foi isso, Dra. Meire?

Então, quer dizer, há um suspeita, e algumas suspeitas que foram levantadas aqui, tranquilamente, não abala em nada a defesa do Deputado Argôlo. Eu apenas quero separá-lo de outras situações de outros Deputados, não é? Para a gente ver se há pecado, e o tamanho do pecado, para que o Conselho faça essa avaliação, mas separando de tudo e de todas essas que envolvem esses outros Deputados, esses outros Parlamentares, essas outras pessoas.

Então, para mim, foi muito produtiva a reunião do Conselho, hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Bem. Eu informo que foi protocolado, nesta manhã, no Conselho de Ética, o Ofício nº 26.365/14, do Supremo Tribunal Federal, em segredo de Justiça, comunicando o despacho do Sr. Ministro Teori Zavascki, autorizando o compartilhamento da Reclamação nº 17.623 aos processos em desfavor do Deputado Luiz Argôlo.

Ressalto que a Secretaria providenciará ainda nesta data cópia da mídia contendo a Reclamação nº 17.623, para ser entregue à defesa do Deputado Luiz Argôlo. Informo que foi protocolada nesta manhã.

Passo a palavra ainda ao Relator, que tem também um expediente para comunicar.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, são apenas expedientes com relação ao andamento do processo.

Como foi dito no início da nossa fala aqui, com relação aos endereços das testemunhas arroladas pelo advogado, essa notificação com relação à inconformidade dos endereços foi entregue à defesa no dia 8 de agosto, às 12h38min. Peço à Secretaria da Mesa que faça, neste momento, novamente, a



entrega pessoal ao advogado que aqui se encontra. É um expediente apenas para registrar que foi formalmente feito em data anterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Aproveito aqui para entregar a cópia da Reclamação nº 17.623, do Supremo Tribunal Federal, em segredo de justiça. Peço também que seja assinada.

Com a palavra o Dr. Aluísio.

O SR. ALUÍSIO LUNDGREN CORRÊA RÉGIS - Só para esclarecer, a Secretaria é muito diligente. Enviou-me por *e-mail*. Não abro meu *e-mail* todos os dias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Estou lhe entregando a cópia do...

O SR. ALUÍSIO LUNDGREN CORRÊA RÉGIS - Paulo César, né? Tudo bem. É verdade. Está no meu escritório, mas eu não passei lá. Tudo bem. Pegou fim de semana e Dia dos Pais. Foi isso. É só para que haja mais consistência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Entrego a cópia da Reclamação nº 17.623 ao Dr. Aluísio.

Quero agradecer à Sra. Meire Bonfim da Silva pela colaboração. Da mesma forma, vamos levar hoje para a CPMI o requerimento de convocação de V.Sa., mas de qualquer forma, vou reforçar a disponibilidade de V.Sa. participar do Conselho, o mais rápido possível, para que possamos desvendar alguma dúvida que ainda paire. Agradeço à V.Sa. e a aguardo na CPMI da PETROBRAS. Foi um prazer.

Imediatamente, passo à oitiva do Sr. Douglas Bento, testemunha arrolada pela defesa do Deputado Luiz Argôlo.

Antes, só quero passar aqui uma informação que foi solicitada: Eduardo Campos estava a bordo de jato que caiu em Santos. A aeronave caiu sobre um prédio em Santos, no litoral de São Paulo. A informação é de que não há sobreviventes.

A sessão estará suspensa por 5 minutos e retornaremos com a oitiva do Sr. Douglas Bento, testemunha do Deputado Luiz Argôlo.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Izalci) - Vamos reabrir os trabalhos, mas, ao mesmo tempo, em função da notícia do acidente com o nosso candidato à Presidência da República Eduardo Campos e outros, nós vamos encerrar esta



reunião, em função desse clima, porque é realmente uma notícia péssima para todos, e lamentamos.

Não havendo mais quem queira fazer o uso da palavra, eu agradeço a presença aos Srs. Parlamentares e demais presentes, antes convocando reunião para o próximo dia 20 de agosto, quarta-feira, às 11 horas, no Plenário 11, para discussão e votação do parecer do Deputado Júlio Delgado. Na próxima reunião, vamos ouvir também a própria testemunha Douglas Bento, que é daqui de Brasília. Fica mais fácil de convidá-lo para participar da próxima reunião.

Declaro, então, encerrada esta reunião.